

ATA DA QUADRINGENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, reuniu-se a Câmara de Administração do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do Magnífico Reitor da Universidade, Professor Doutor PAULO CÉSAR MONTAGNER, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Angela Christina Lucas, Anna Christina Bentes, Ariovaldo José da Silva, Beatriz Cardoso Nascimento, Bruno Gomes Ximenes, Célio Hiratuka, Christiane Neme Campos, Dirceu Noriler, Elaine Cristina de Ataíde, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Sarti, Francisco da Fonseca Rodrigues, Hernandes Faustino de Carvalho, Hugo Enrique Hernandez Figueroa, Karina Gonzales Silvério Ruiz, Kethlyn Kethriny da Costa Brito, Laura Rinco Hassen Khaddour, Luiz Seabra Junior, Luiza Nassif Pires, Milena Pavan Serafim, Newton Cesário Frateschi, Odilon José Roble, Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Sylvia Helena Furegatti e Verónica Andrea González-López. Como convidados especiais, compareceram os professores: Ana Maria Frattini Fileti, Cláudia Vianna Maurer Morelli, Flávio Henrique Baggio Aguiar, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Mônica Alonso Cotta, Paulo José Rocha de Albuquerque e Rodrigo Lanna Franco da Silveira; a doutora Raluca Savu; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Marcos Cesar de Oliveira, sendo substituído pelo conselheiro Odilon José Roble; Ricardo Miranda Martins, sendo substituído pela conselheira Karina Gonzalez Silvério Ruiz; Everardo Magalhães Carneiro, sendo substituído pelo conselheiro Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho; Gabriela Leme Lamana; e Matheus da Silva Marchetti Martins, sendo substituído pelo conselheiro Bruno Gomes Ximenes. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Quadringentésima Décima Terceira Sessão Ordinária da Câmara de Administração, realizada de forma presencial, fazendo algumas considerações iniciais. Realiza sua autodescrição: é um homem branco, de cabelos brancos, usa óculos de aro preto, está usando gravata azul escura e camisa azul clara com listras brancas. Ao fundo há uma parede cinza. Está sendo transmitida pelo YouTube esta Sessão da Câmara de Administração - CAD, que ocorre em uma sala de 142 metros quadrados, com capacidade para 81 pessoas sentadas. O ambiente conta com cinco fileiras de mesas contínuas para os conselheiros e uma mesa para a presidência e equipe da Administração, que fica de frente para as outras cinco. Sobre todas as mesas há *laptops* e microfones para que os membros possam acessar as pautas e fazer uso da palavra sem precisar se deslocar. Solicita aos membros titulares que façam o *login* no *site* da SG e acessem o menu CAD - Sessões para que suas presenças sejam registradas e para que recebam as cédulas de votação. Quando estiverem logados, todos os documentos ficarão acessíveis. É imprescindível que os conselheiros utilizem os computadores da sala e que não fechem a página da SG. No caso de a cédula de votação não aparecer na tela, o conselheiro deve aguardar a finalização da votação e pedir a palavra para declarar seu voto no microfone. Para manifestação, os conselheiros deverão levantar a mão e

1 respeitar o limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e três minutos para o
2 Expediente. As inscrições para o Expediente devem ser realizadas por meio do livro de
3 inscrições que se encontra à sua direita. Informa que estão disponíveis no *site* da SG os
4 pareceres CLN referentes aos itens 01 a 04 da Ordem do Dia. Informa também que no item 03
5 da Ordem do Dia, onde constou: “Departamento de Geotécnica, Geomática e Mobilidade
6 (G2M)” constar: “Departamento de Geotecnia, Geomática e Mobilidade (G2M)”. A seguir,
7 submete à apreciação a Ata da Quadringentésima Décima Segunda Sessão Ordinária, realizada
8 em 1º de julho de 2025, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a
9 referida Ata, que é aprovada com 06 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 97 itens,
10 perguntando se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro FERNANDO SARTI
11 destaca em bloco os itens 19 a 76: 19) Proc. nº 16-P-44443/2024, da Biblioteca Central Cesar
12 Lattes; 20) Proc. nº 27-P-13823/2025, do Hospital da Mulher "Prof. Dr. José Aristodemo
13 Pinotti"; 21) Proc. nº 40-P-44906/2024, do Centro de Saúde da Comunidade; 22) Proc. nº 01-
14 P-44091/2024, do Centro para Manutenção de Equipamentos; 23) Proc. Nº 01-P-24583/2025,
15 da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa 1; 24) Proc. nº 01-P-
16 24586/2025, da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa 2; 25) Proc.
17 nº 01-P-43034/2024, da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa 3;
18 26) Proc. nº 01-P-22126/2025, da Diretoria Geral de Administração; 27) Proc. nº 01-P-
19 44989/2024, da Diretoria Geral de Recursos Humanos; 28) Proc. nº 41-P-24052/2025, da
20 Divisão de Educação Infantil e Complementar; 29) Proc. nº 01-P-7490/2025, do Centro de
21 Diagnóstico de Doenças do Aparelho Digestivo; 30) Proc. nº 32-P-24556/2025, do Centro de
22 Hematologia e Hemoterapia; 31) Proc. nº 01-P-23962/2025, da Pró-Reitoria de
23 Desenvolvimento Universitário – Pró-Reitoria de Pesquisa; 32) Proc. nº 01-P-43616/2024, da
24 Reitoria; 33) Proc. nº 13-P-24170/2025, do Colégio Técnico de Limeira; 34) Proc. nº 12-P-
25 24130/2025, do Colégio Técnico de Campinas; 35) Proc. nº 02-P-44576/2024, da Faculdade de
26 Ciências Médicas; 36) Proc. nº 19-P-20920/2025, da Faculdade de Educação; 37) Proc. nº 04-
27 P-417/2025, da Faculdade de Engenharia de Alimentos; 38) Proc. nº 28-P-46584/2024, da
28 Faculdade de Engenharia Agrícola; 39) Proc. nº 05-P-45524/2024, da Faculdade de Engenharia
29 Civil, Arquitetura e Urbanismo; 40) Proc. nº 29-P-13583/2025, da Faculdade de Engenharia
30 Elétrica e de Computação; 41) Proc. nº 23-P-9779/2025, da Faculdade de Educação Física; 42)
31 Proc. nº 03-P-16927/2025, da Faculdade de Engenharia Mecânica; 43) Proc. nº 18-P-
32 24518/2025, da Faculdade de Engenharia Química; 44) Proc. nº 06-P-22182/2025, da
33 Faculdade de Odontologia de Piracicaba; 45) Proc. nº 17-P-23966/2025, do Instituto de Artes;
34 46) Proc. nº 07-P-44281/2024, do Instituto de Biologia; 47) Proc. nº 34-P-24307/2025, do
35 Instituto de Computação; 48) Proc. nº 26-P-44970/2024, do Instituto de Economia; 49) Proc.
36 nº 21-P-23620/2025, do Instituto de Estudos da Linguagem; 50) Proc. nº 08-P-13440/2025, do
37 Instituto de Física Gleb Wataghin; 51) Proc. nº 09-P-5943/2025, do Instituto de Filosofia e
38 Ciências Humanas; 52) Proc. nº 22-P-24179/2025, do Instituto de Geociências; 53) Proc. nº 10-
39 P-17649/2025, do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica; 54) Proc. nº
40 11-P-23676/2025, do Instituto de Química; 55) Proc. nº 25-P-23750/2025, da Coordenadoria

1 de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa 4; 56) Proc. nº 01-P-25123/2025, da Pró-
2 Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura; 57) Proc. nº 36-P-23550/2025, da Faculdade de
3 Ciências Aplicadas; 58) Proc. nº 37-P-23880/2025, da Faculdade de Tecnologia; 59) Proc. nº
4 15-P-15843/2025, do Hospital de Clínicas (Enfermagem); 60) Proc. nº 15-P-15847/2025, do
5 Hospital de Clínicas (Área Médica); 61) Proc. nº 15-P-15850/2025, do Hospital de Clínicas
6 (Apoio Assistencial); 62) Proc. nº 15-P-15851/2025, do Hospital de Clínicas (Área
7 Administrativa e Apoio Operacional); 63) Proc. nº 01-P-9449/2025, da Coordenadoria Geral da
8 Universidade; 64) Proc. nº 01-P-105/2025, da Diretoria Acadêmica; 65) Proc. nº 38-P-
9 24161/2025, da Faculdade de Enfermagem; 66) Proc. nº 01-P-43395/2024, da Prefeitura
10 (Administração – Restaurantes); 67) Proc. nº 39-P-4395/2025, da Faculdade de Ciências
11 Farmacêuticas; 68) Proc. nº 01-P-24401/2025, da Pró-Reitoria de Graduação – Pró-Reitoria de
12 Pós-Graduação; 69) Proc. nº 01-P-16043/2025, da Secretaria Executiva de Comunicação; 70)
13 Proc. nº 01-P-11832/2025, da Prefeitura de Limeira; 71) Proc. nº 01-P-44305/2024, da Reitoria
14 1; 72) Proc. nº 01-P-14655/2025, da Reitoria 2; 73) Proc. nº 01-P-43651/2024, da Diretoria
15 Executiva de Planejamento Integrado; 74) Proc. nº 01-P-25026/2025, dos Dirigentes; 75) Proc.
16 nº 01-P-7973/2025, da Diretoria Executiva de Apoio e Permanência Estudantil; 76) Proc. nº 01-
17 P-24012/2025, da Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação – Centro
18 Nacional de Processamento de Alto Desempenho. O Conselheiro LUIZ SEABRA JUNIOR
19 destaca o item 34 – Proc. nº 12-P-24130/2025 –, do Colégio Técnico de Campinas. A
20 Conselheira ANGELA CHRISTINA LUCAS destaca o item 03 – Proc. nº 01-P-1924/1995 –,
21 da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. A Conselheira CHRISTIANE
22 NEME CAMPOS destaca o item 01 – Proc. nº 01-P-4517/2002 –, do Centro de Componentes
23 Semicondutores e Nanotecnologias. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-
24 LÓPEZ destaca os itens 04 – Proc. nº 01-P-4548/2002 –, do Núcleo Interdisciplinar de
25 Pesquisas Teatrais e 97 – Proc. nº 01-P-49979/2023. Não havendo mais destaques, submete à
26 votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 02 abstenções, os
27 pareceres que subsidiaram os seguintes processos: I - A - Regimentos – Para Aprovação - Artigo
28 50, inciso I, “I”, dos Estatutos da Unicamp - 02) Proc. nº 01-P-18857/2001, do Centro de
29 Estudos de Energia e Petróleo – Proposta de Deliberação CAD que dispõe sobre o sobre o
30 Regimento do Centro de Estudos de Energia e Petróleo, alterando a Deliberação CAD-A-
31 02/2022 – Pareceres PG-2639/24 e 1425/25. B - Carreira Docente - a) Nomeação na Parte
32 Permanente do QD – Professor Titular – Aplicação do RDIDP - Deliberação Consu-A-02/2001
33 - 05) Proc. nº 36-P-29265/2008, de Álvaro de Oliveira D’antona – Faculdade de Ciências
34 Aplicadas – 1) Nomeação na PP: Prof. Titular – nível MS-6 – RTP – área de Núcleo Geral
35 Comum. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 10.06.25 – Aprovação
36 pela Congregação em 07.05.25 – Parecer CPDI-47/25 - Recursos: Informação Aeplan-1145/25.
37 06) Proc. nº 02-P-9091/2009, de Cássia Raquel Teatin Juliato – Faculdade de Ciências Médicas
38 – 1) Nomeação na PP: Prof. Titular – nível MS-6 – RTP – área de Ginecologia – Departamento
39 de Tocoginecologia. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 1º.07.25 –
40 Aprovação pela Congregação em 27.06.25 – Parecer CPDI-54/25 - Recursos: Informação

1 Aeplan-1282/25. b) Nomeação na Parte Permanente do QD – Professor Doutor – Ingresso no
2 RDIDP - Deliberação Consu-A-02/2001 - 07) Proc. nº 18-P-21681/2025, de Ana Claudia
3 Oliveira e Souza – Faculdade de Engenharia Química - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível
4 MS-3.1 – RTP – área de Inteligência Artificial Aplicada e Ciência de Dados - Departamento de
5 Engenharia de Sistemas Químicos. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe
6 em 06.05.25 – Aprovação pela Congregação em 30.05.25 – Parecer CPDI-48/25 - Recursos:
7 Informação Aeplan-1140/25. 08) Proc. nº 19-P-14561/2025, de Carolina Tamayo Osorio –
8 Faculdade de Educação - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de
9 Educação em Ciências e Matemática - Departamento de Ensino e Práticas Culturais. 2) Ingresso
10 no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 18.03.25 – Aprovação pela Congregação em
11 28.05.25 – Parecer CPDI-44/25 - Recursos: Informação Aeplan-1071/25. 09) Proc. nº 03-P-
12 22540/2025, de Heitor Nigro Lopes – Faculdade de Engenharia Mecânica - 1) Nomeação na
13 PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Projeto Mecânico - Departamento de Sistemas
14 Integrados. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 1º.07.25 – Aprovação
15 pela Congregação em 30.06.25 – Parecer CPDI-55/25 - Recursos: Informação Aeplan-1281/25.
16 10) Proc. nº 36-P-33891/2023, de Jamille da Silva Lima – Faculdade de Ciências Aplicadas -
17 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Núcleo Geral Comum. 2)
18 Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 1º.07.25 – Aprovação pela
19 Congregação em 12.02.25 – Parecer CPDI-52/25 - Recursos: Informação Aeplan-1183/25. 11)
20 Proc. nº 19-P-26743/2025, de Juliana Barbosa Consonni – Faculdade de Educação - 1)
21 Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Psicologia Educacional -
22 Departamento de Psicologia Educacional. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela
23 Cepe em 10.06.25 – Aprovação pela Congregação em 25.06.25 – Parecer CPDI-56/25 -
24 Recursos: Informação Aeplan-1320/25. 12) Proc. nº 02-P-47200/2024, de Lígia Traldi Macedo
25 – Faculdade de Ciências Médicas – 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área
26 de Oncologia Clínica – Departamento de Anestesiologia, Oncologia e Radiologia. 2) Ingresso
27 no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 11.02.25 – Aprovação pela Congregação em
28 30.05.25 – Parecer CPDI-49/25 - Recursos: Informação Aeplan-1147/25. 13) Proc. nº 19-P-
29 26784/2025, de Mara Aparecida de Castilho Lopes – Faculdade de Educação - 1) Nomeação
30 na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – áreas de Psicologia, Processos de Subjetivação e
31 Educação Inclusiva e Psicologia e Educação de Surdos – Departamento de Psicologia
32 Educacional. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 06.05.25 –
33 Aprovação pela Congregação em 25.06.25 – Parecer CPDI-57/25 - Recursos: Informação
34 Aeplan-1317/25. 14) Proc. nº 39-P-16513/2025, de Natalícia de Jesus Antunes – Faculdade de
35 Ciências Farmacêuticas – 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de
36 Ciências Farmacêuticas. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 1º.07.25
37 – Aprovação pela Congregação em 09.05.25 – Parecer CPDI-53/25 - Recursos: Informação
38 Aeplan-1160/25. 15) Proc. nº 03-P-22541/2025, de Tiago Augusto Moreira – Faculdade de
39 Engenharia Mecânica – 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Energia,
40 Térmica e Fluidos e Petróleo – Departamento de Energia. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso

1 homologado pela Cepe em 1º.07.25 – Aprovação pela Congregação em 30.06.25 – Parecer
2 CPDI-58/25 - Recursos: Informação Aeplan-1278/25. 16) Proc. nº 19-P-12113/2024, de
3 Vanessa Dias Bueno de Castro – Faculdade de Educação – 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. –
4 nível MS-3.1 – RTP – áreas de Planejamento Educacional e Teoria das Organizações –
5 Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais. 2) Ingresso no RDIDP.
6 Concurso homologado pela Cepe em 06.05.25 – Aprovação pela Congregação em 28.05.25 –
7 Parecer CPDI-45/25 - Recursos: Informação Aeplan-1106/25. 17) Proc. nº 39-P-14344/2025,
8 de Victor Augusti Negri – Faculdade de Ciências Farmacêuticas - 1) Nomeação na PP: Prof.
9 Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Ciências Farmacêuticas. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso
10 homologado pela Cepe em 10.06.25 – Aprovação pela Congregação em 11.04.25 – Parecer
11 CPDI-50/25 - Recursos: Informação Aeplan-1135/25. c) Alteração Temporária de Regime de
12 Trabalho – Carreira MS - Deliberação Consu-A-02/2001 - 18) Proc. nº 37-P-4921/2015, de
13 Laura Maria Canno Ferreira Fais – Faculdade de Tecnologia – Prof. Dr. – nível MS-3.2 –
14 RDIDP para RTC – por 01 ano - PP/QD – Aprovação pela Congregação em 08.05.25 –
15 Pareceres CIDD-145/25 e CPDI-51/25. D - Congregação – Para Homologação - Resolução GR-
16 19/2017 - 77) Proc. nº 05-P-11700/2024, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e
17 Urbanismo – Eleição da representação discente da pós-graduação, realizada nos dias 03 a
18 05.06.25 – Homologação pela Congregação em 30.06.25. 78) Proc. nº 29-P-16209/2022, da
19 Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Eleição da representação discente,
20 realizada nos dias 16 a 18.06.25 – Homologação pela Congregação em 30.06.25. 79) Proc. nº
21 18-P-10891/2025, da Faculdade de Engenharia Química – Eleição da representação discente,
22 realizada nos dias 10 a 12.06.25 – Ciência pela Congregação em 27.06.25. 80) Proc. nº 22-P-
23 12515/2021, do Instituto de Geociências – Eleições das representações docente, servidores
24 técnico-administrativos e discente, realizadas nos dias 02 a 04.06.25 e 04 e 05.06.25 –
25 Aprovações pela Congregação em 25.06.25. E - Áreas de Prestação de Serviços – Para
26 Aprovação - Prestação de Contas - Deliberação Consu-A-56/2020, revogada pela Deliberação
27 Consu-A-09/2025 - Deliberação Cepe-A-03/2025 - 81) Proc. nº 01-P-7850/1987, do Centro
28 Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas – Prestação de contas da área
29 de prestação de serviços “Análise Química, Biológica e Agrícola”, relativa ao exercício de 2024
30 – Aprovação pelo Conselho Superior em 29.05.25. 82) Proc. nº 39-P-28285/2014, da Faculdade
31 de Ciências Farmacêuticas – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Faculdade
32 de Ciências Farmacêuticas”, relativa ao exercício de 2024 – Aprovação pela Congregação em
33 13.06.25. 83) Proc. nº 06-P-19573/2001, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba –
34 Prestação de contas da área de prestação de serviços “Prótese Dental”, relativa ao exercício de
35 2023 – Aprovação pela Congregação em 19.02.25. 84) Proc. nº 06-P-22678/2006, da Faculdade
36 de Odontologia de Piracicaba – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Terapia
37 Periodontal Avançada”, relativa ao exercício de 2023 – Aprovação pela Congregação em
38 19.02.25. 85) Proc. nº 06-P-17546/2007, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba –
39 Prestação de contas da área de prestação de serviços “Diagnóstico por Imagem Digital”, relativa
40 ao exercício de 2023 – Aprovação pela Congregação em 19.02.25. 86) Proc. nº 06-P-

5537/2008, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Prótese Dentária e Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial”, relativa ao exercício de 2023 – Aprovação pela Congregação em 19.02.25. 87) Proc. nº 06-P-15076/2011, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Prestação de contas da área de prestação de serviços “Laboratório de Histopatologia e Imunoistoquímica”, relativa ao exercício de 2023 – Aprovação pela Congregação em 19.02.25. F - Convênios, Contratos e Termos Aditivos - a) A ser celebrados – Para Aprovação - Deliberação Consu-A-16/2022 - 88) Proc. nº 01-P-7537/2025, do Grupo Gestor de Benefícios Sociais – Convênio - Partes: Unicamp e Banco Safra S.A. - Executores: Mariana Rocha Cortez, Fabiana Fernandes de Souza Pereira e Luiz Carlos Fernandes Junior - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Concessão de empréstimos aos servidores vinculados à Unicamp, com pagamento realizado por meio de consignação em folha de pagamento - Parecer: Cacc. 89) Proc. nº 32-P-15803/2020, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Termo Aditivo nº 01 ao Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Real Sociedade Portuguesa de Beneficência - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Vigência: 10.03.26 (vigência do Contrato) - Resumo do Objeto: Fornecer os hemocomponentes liberados pela Contratada às Agências Transfusionais SUS das seguintes entidades hospitalares: PUCC – Hospital da PUC Campinas, HOV – Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi - Hospital Municipal Ouro Verde e HIP – Hospital Irmãos Penteado; SCVA – Santa Casa de Valinhos; e SCVI – Santa Casa de Vinhedo - Parecer: Cacc. 90) Proc. nº 32-P-10175/2023, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Centro de Cirurgia Oftalmológica Ltda. - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor e Anexo III – Tabela de Produtos e Serviços Hemoterápicos - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Realização de atendimento transfusional à distância e a realização de procedimentos que visem adequar os hemocomponentes às necessidades específicas de determinados pacientes, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta autorizado pelo Hemocentro Unicamp, que poderá suspender ou modificar uma transfusão quando considerá-la inadequada ou desnecessária - Parecer: Cacc. 91) Proc. nº 32-P-10010/2025, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itapira - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor e Anexo III – Tabela de Produtos e Serviços Hemoterápicos Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Fornecimento de hemocomponentes em caráter regular, mediante solicitação da contratante e de acordo com os estoques disponíveis pela contratada - Parecer: Cacc. 92) Proc. nº 32-P-10034/2025, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Santa Casa de Misericórdia de Santa Bárbara d’Oeste - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor e Anexo III – Tabela de Produtos e Serviços Hemoterápicos - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Fornecimento de hemocomponentes em caráter regular, mediante solicitação da

1 contratante e de acordo com os estoques disponíveis pela contratada - Parecer: Cacc. 93) Proc.
2 nº 32-P-45827/2024, Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços
3 - Partes: Unicamp e Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar – Hospital de Base
4 de Bauru - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi -
5 Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Realização pelo Hemocentro de Campinas/Unicamp,
6 na qualidade de SITNAT – Sítio Testador do NAT autorizado pela CGSH/DAHU/SAS/MS, de
7 testes de biologia molecular NAT (Teste de Ácido Nucléico) para pesquisa do vírus HIV
8 (Imunodeficiência Adquirida), HCV (Hepatite C), HBV (Hepatite B), Malária e outros que
9 forem exigidos pela legislação brasileira nas amostras de doadores de sangue, coletadas pela
10 contratante e entregues no Laboratório de Sorologia/NAT do Hemocentro Unicamp - Parecer:
11 Cacc. 94) Proc. nº 01-P-41633/2024, do Sistema de Bibliotecas da Unicamp - Acordo de
12 Cooperação Técnica - Partes: Unicamp e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
13 Educacionais Anísio Teixeira – Inep - Executores: Oscar Eliel e Marcio Souza Martins -
14 Vigência: 60 meses Resumo do Objeto: Credenciar o Núcleo Sedap (Serviço de Acesso a Dados
15 Protegidos) no âmbito da Unicamp, a partir do qual será permitido o acesso controlado e restrito
16 a bases de dados protegidos, produzidas ou custodiadas pelo Inep - Parecer: Cacc. b) Para
17 Homologação da Aprovação *Ad Referendum* do Reitor - Deliberação Consu-A-16/2022 - 95)
18 Proc. nº 15-P-52897/2023, do Hospital de Clínicas – Convênio - Partes: Unicamp e Estado de
19 São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde - Executores: Elaine Cristina de Ataíde,
20 Fernanda Loureiro de Andrade Orsi e José Barreto Campello Carvalheira - Recursos:
21 R\$240.000,00 - Vigência: Até 31.12.2025 - Data de Assinatura: 24.06.25 - Resumo do Objeto:
22 Transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio – aquisição de
23 materiais de consumo – materiais médico hospitalar, mascaras e luvas, conforme Plano de
24 Trabalho - Parecer: Cacc. c) Para Homologação - Anteriores à Deliberação Consu-A-12/2018
25 de 25.09.18 - 96) Proc. nº 15-P-21227/2017, do Hospital de Clínicas - Convênio - Partes: União,
26 por intermédio do Ministério da Saúde e a Unicamp - Executores: Antônio Gonçalves de
27 Oliveira Filho, José Roberto Matos Souza e Plínio Trabasso - Recursos: R\$800.000,00 -
28 Vigência: 365 dias - Data de assinatura: 29.11.17 - Resumo do Objeto: Aquisição de
29 Equipamento e Material Permanente para a Unidade de Atenção Especializada em Saúde,
30 visando o fortalecimento do SUS, conforme plano de trabalho - Parecer: CAACC. O
31 MAGNÍFICO REITOR passa ao item 01 – Proc. nº 01-P-4517/2002 –, do Centro de
32 Componentes Semicondutores e Nanotecnologias, que trata da proposta de deliberação CAD
33 que dispõe sobre o Regimento Interno do Centro de Componentes Semicondutores e
34 Nanotecnologias, alterando a Deliberação Consu-A-13/2002. Destaque da professora
35 Christiane Neme. A Conselheira CHRISTIANE NEME CAMPOS diz que em alguns lugares
36 do texto é preciso atualizar a nomenclatura de CCS para CSSNano. Além disso, no artigo 10
37 da deliberação, que é o artigo 11 da minuta, houve uma atualização desse artigo e uma remoção
38 do prazo de 30 dias para ter a nova eleição. Ou seja, eles atualizaram a situação de vacância do
39 coordenador, explicaram tudo, mas no original havia um prazo de 30 dias para que essa nova
40 lista fosse montada, e agora isso saiu, ou seja, não tem prazo. Solicita esclarecimento de por

1 que agora não tem prazo. Outra dúvida é no artigo 13 da minuta e 11 da deliberação, que se
2 inicia da seguinte forma: “Para participar como pesquisador vinculado ao CCSNano, o servidor
3 ou docente (...)”. Observa que docente é servidor, então bastaria “servidor”, ou talvez a ideia
4 seja “pesquisador ou docente”, então deseja entender o espírito da mudança aqui. A Doutora
5 RALUCA SAVU diz que o prazo deveria ser estipulado, qual é o período para a substituição.
6 Em relação ao artigo 13, acredita que seja um zelo, servidor e docente, não é uma diferença.
7 Acha que foi realmente um zelo para englobar todos os que queiram se juntar às pesquisas do
8 CCSNano. A Conselheira CHRISTIANE NEME CAMPOS diz que exatamente por isso ficou
9 em dúvida, porque às vezes ouvem que docente não se considera servidor. Por isso pensou se
10 não seria melhor constar apenas “servidor”. A Doutora RALUCA SAVU diz que para ela é um
11 zelo, é um pouco redundante, mas acredita que é uma questão só de mesmo de readequação das
12 palavras. Já o prazo realmente tem que aparecer. A Conselheira CHRISTIANE NEME
13 CAMPOS pergunta se serão mantidos os 30 dias. A Doutora RALUCA SAVU responde que
14 não se lembra agora como está no padrão. Há um regimento padrão que norteia todos os centros
15 e núcleos, e a partir dele os centros e núcleos estão adequando os seus regimentos. O
16 MAGNÍFICO REITOR diz que o texto gera dúvida porque servidor e docente são as mesmas
17 pessoas, mas há o servidor técnico-administrativo e há o pesquisador da carreira Pq. Pede que
18 os conselheiros deem sugestões de como equalizar isso. O Conselheiro NEWTON CESARIO
19 FRATESCHI diz que já foram utilizados muitos termos nos centros e núcleos para descrever a
20 ideia do pesquisador vinculado, do docente vinculado, isso causa uma certa confusão realmente.
21 E essa coisa também de usar docente ou servidor, sendo que são todos servidores, causa
22 confusão. Mas é importante destacar que o pesquisador é aquela pessoa que faz pesquisa, que
23 está vinculada ao centro, e que pode ser da carreira de pesquisador, poderia ser, acredita, como
24 é pesquisa, uma pessoa da carreira Paepe para assuntos universitários, e também docente. Então,
25 concorda que deva haver um termo, ou talvez nem descrever com uma palavra, para pessoas
26 que fazem suas pesquisas vinculadas, porque todos os centros e núcleos têm essa figura de
27 pesquisador vinculado. Isso implica, por exemplo, nos relatórios e tudo o mais, o trabalho deles
28 fica compartilhado, as patentes também, entre a unidade de onde ele vem e onde ele está
29 contribuindo. A Doutora RALUCA SAVU esclarece que no modelo padrão para regimento dos
30 centros e núcleos, está escrito “pesquisador”, então acredita que há uma necessidade de
31 adequação por parte do CCSNano para esse termo, que é o mais amplo e engloba todas as
32 pessoas que fazem pesquisa junto a esses centros e núcleos. A Conselheira CHRISTIANE
33 NEME CAMPOS diz que agora ficou um pouco confusa, porque a minuta coloca que o
34 pesquisador é um servidor da Unicamp que deve ter um projeto aprovado. Então, no seu
35 entendimento, bastaria usar “servidor”, porque a partir do momento em que ele tem um projeto
36 aprovado e se vincula, passa a ser um pesquisador do centro, e há toda uma normativa de como
37 isso vai ser feito. Tem a impressão de que o espírito do artigo é deixar a coisa o mais ampla
38 possível, sendo um servidor da Unicamp, e ele é sujeito às normas daquele órgão. A sua dúvida
39 só uma questão de evitar essa separação; o que eles viram como um zelo lhe causou
40 preocupação, porque sempre encontram essa coisa de docente ser ou não servidor, para evitar

essa discussão. O MAGNÍFICO REITOR diz que a palavra “servidor” absorve todas as categorias, mas a doutora Raluca sugeriu a palavra “pesquisador”. E o professor Newton falou uma coisa correta: há muito servidores Paepe com doutorado, que fazem pesquisas. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES diz que o documento do Lume tem uma outra formulação: ele coloca que para participar como pesquisador do Lume pode ser professor ou pesquisador. Então, é bem interessante, porque os centros e núcleos vão nomeando de diferentes maneiras quem eles querem que os componham. E se o CCSNano menciona servidor ou docente, é porque eles estão entendendo que são duas categorias diferentes, servidor técnico-administrativo e docente. A Conselheira CHRISTIANE NEME CAMPOS diz que a sua dúvida, nesse caso, é se o servidor da carreira Pq poderia estar no centro. Se restringirem a servidor técnico-administrativo e docente, talvez excluam a pessoa da carreira Pq. Precisariam ver o que o centro desejava. O MAGNÍFICO REITOR diz que, já que cada centro e núcleo faz a sua proposta e tem a sua linguagem, concorda com a professora Anna Bentes que devem especificar, colocando: “Servidores técnico-administrativos, pesquisadores da carreira Pq ou docentes”, e dessa forma abrangem a todos e não erram. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que, em relação ao prazo, recentemente foi aprovado o regimento interno do Nics, que contempla esse prazo de 30 dias que a doutora Raluca mencionou. Vai ler a redação que consta do que foi aprovado no Nics, e caso seja adequado podem aproveitar aqui: “No caso de vacância do cargo de coordenador por qualquer motivo, o coordenador associado assumirá a coordenação do Nics, até que o Conselho Superior, no prazo de 30 dias, encaminhe à Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa – Cocen a nova lista tríplice, que será submetida ao Reitor, que designará um novo coordenador”. Pergunta se podem usar essa redação, adequando ao centro em questão, obtendo concordância do plenário. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se concordam com a proposta que fez, que peca pelo excesso, mas não esquece ninguém, obtendo concordância do plenário. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES diz que em outros regimentos, por exemplo, do Lume, consta “o pesquisador ou o professor”. Então talvez nos demais regimentos que estão sendo analisados hoje, que até já foram aprovados, devessem também fazer essa modificação. A Conselheira CHRISTIANE NEME CAMPOS diz que a escolha de quem pode participar do núcleo é do núcleo. O que o Lume está dizendo é que ele só aceita pesquisador e docente, essa foi a escolha deles, é assim que entende. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a Universidade hoje não tem usado mais a terminologia “unidade de ensino”, e sim “unidade de ensino, pesquisa e extensão”. Sugere substituir por “órgão da Universidade”, até porque se estão pressupondo que também o servidor técnico-administrativo pode se vincular ao CCSNano, ele pode estar em uma diretoria executiva ou em qualquer outro órgão da Universidade. Então, para simplificar, sugere “outro órgão da Universidade”, e não “unidade de ensino”. O MAGNÍFICO REITOR diz que há muitos doutores nas Engenharias que são servidores técnico-administrativos e colaboram significativamente com esses órgãos, então acha que foi isso que o CCSNano quis abarcar aqui. Não sabe se o CCSNano quer restringir a unidades de ensino, pesquisa e extensão, mas estão fazendo uma proposta mais abrangente. Pergunta à doutora Raluca se o que estão

propondo não fere princípios discutidos nos comitês da Cocen. A Doutora RALUCA SAVU responde que, a princípio, não. Abriu a deliberação que foi atualizada em 2022, infelizmente só com “unidade de ensino e pesquisa”, é um documento a ser atualizado, e o artigo 13, que é seguido pela maioria dos centros e núcleos, estabelece o seguinte: “Para participar como pesquisador vinculado ao centro ou núcleo, o servidor alocado em outra unidade de ensino ou pesquisa da Unicamp apresentará um projeto de pesquisa detalhado que deverá ser aprovado pelo Conselho Superior, se necessário, com base em parecer técnico de assessores de reconhecida proficiência”. Portanto, entende que todos os centros e núcleos, mesmo com a especificidade de cada um, se adequaram a esse artigo. Consta o termo “servidor”, que para ela claramente abrange tudo, e acredita que, tendo em conta que o regimento padrão está com esse termo, deveria seguir desse modo. Acredita que deva ser mantido um pouco mais próximo do que o próprio centro colocou na sua proposta inicial, que está em pauta. Observa que a questão de apresentar um projeto de pesquisa é uma etapa que deve ser percorrida para poder ser um pesquisador vinculado ao centro ou núcleo. O MAGNÍFICO REITOR diz que então podem manter só “servidor”, substituem “unidade de ensino” por “órgão da Unicamp” e incluem a redação lida pela doutora Ângela. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 24 votos favoráveis e 02 abstenções. Passa ao item 03 – Proc. nº 01-P-1924/1995 –, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, que trata da proposta de deliberação CAD que dispõe sobre o Regimento Interno da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, alterando a Deliberação Consu-A-01/2015. Inclusão do artigo 18-A, que elenca os Departamentos da FECFAU, com a criação de um novo Departamento de Geotecnia, Geomática e Mobilidade (G2M). Destaque da professora Angela. A Conselheira ANGELA CHRISTINA LUCAS pergunta como fica a distribuição de professores dentro da nova proposta de criação de um novo departamento. Também pergunta qual o impacto financeiro da criação de um novo departamento, porque imagina que haverá um novo chefe de departamento e toda uma estrutura. Outra dúvida é como isso casa com o comitê de certificação, se passa aqui e vai depois para lá, ou se teria que ter uma análise do comitê antes, como que é esse trâmite. O Professor PAULO JOSÉ ROCHA DE ALBUQUERQUE responde, sobre a distribuição do departamento, que eram dois departamentos até 2019, dois departamentos que praticamente não têm nenhuma relação de ensino e pesquisa, porque um departamento trata de transportes, o outro trata de ambiente. Então seria comparar o projeto de uma ferrovia com uma estação de tratamento de água, tanto que os programas de pós-graduação são separados, é tudo separado. A junção foi em função das necessidades, e hoje, com a contratação de novos professores, cada departamento vai ficar com 11 docentes. Foi uma solicitação que a Faculdade fez em função da nova da GR do Consu do ano passado para correção de rota, em função dessa obrigatoriedade de terem juntado os departamentos à época. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que, como vai ser criado um novo departamento, automaticamente o chefe de departamento terá direito a uma gratificação. Acabaram de fazer isso em relação à FCM, onde foram criados dois novos departamentos. Com relação à certificação, vai passar na CVND para poder certificar e volta aqui para a CAD a certificação. Hoje estão fazendo apenas a alteração

de regimento. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que sempre há custos envolvidos nas coisas, mas é importante avaliar o custo-benefício, o que representa isso para a comunidade. Existe uma GR envolvida no processo, que não é tão alta assim, mas a dinâmica interna da unidade é resolvida, no sentido de que ela consegue dar uma maior particularidade às linhas de pesquisa, que são assumidas por departamentos distintos. O Conselheiro NEWTON CESARIO FRATESCHI diz que entende a necessidade interna, porque é muito difícil combinar áreas de pesquisa muito heterogêneas, principalmente quando estão promovendo discussões de projetos, isso também traz dificuldade nas contratações, então é uma decisão realmente da unidade. Ao mesmo tempo, e sem qualquer objeção, inclusive já declara seu voto favorável, é muito importante promover também a interdisciplinaridade. No Instituto de Física, são quatro departamentos desde sua criação, praticamente, e notam que a estrutura de departamento às vezes enrijece essa interação. Na verdade, mesmo entre as diversas unidades de ensino, pesquisa e extensão ocorrem, por exemplo, situações em que as avaliações da Capes criam dificuldades de um professor de uma unidade ser credenciado em outra unidade, porque ele vai para o denominador como membro externo, e diminui às vezes a avaliação da pós-graduação por causa disso. É algo comum em outras universidades fora do Brasil o que eles chamam de duplo apontamento, quando a pessoa é docente em mais de um instituto. Acredita que o avanço da ciência, da ciência de fronteira mesmo, muitas vezes está em misturar temas, e de repente pode-se ter uma pesquisa ligada ao problema de mananciais, tratamento de água e transporte, e é nisso que vai estar a coisa nova. Então é importante pensar como podem promover esse tipo de coisa e também valorizar muito os conselhos interdepartamentais, não só do ponto de vista burocrático, mas do ponto de vista acadêmico, da discussão de ciência, tecnologia, e também de inovação. Acha que é muito importante ter essa discussão sempre, para que se possa ver essa união. Tem ficado preocupado nos últimos anos, pois nota, no Instituto de Física, que as pessoas só comparecem a palestras de suas próprias áreas. É importante ter um ambiente em que seja favorecida a interação nas diversas linhas de pesquisa interdepartamentais e também interunidades. Muitas vezes os centros e núcleos foram criados para isso, mas as unidades pouco interagem. É interessante que promovam, academicamente, a interação entre as linhas de pesquisa, e do ponto de vista administrativo, parece-lhe que seria bom sempre buscar administrações gerais de todos os departamentos. Sabe que existem as diversas idiosincrasias de cada departamento, mas é importante ter na administração ligada à unidade como um todo alguns itens que não se repitam em cada departamento, de tal forma que fique mais uníssona a maneira de tratar. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES diz que participou, na gestão passada, do GT de departamentos, que acha que foi o que propiciou inclusive essa abertura para a modificação dentro das unidades, as possibilidades de mudança novamente, das realocações e rearrumações internas. Havia passado por um momento de tentativa de juntar os departamentos e isso causou muito sofrimento em algumas unidades. A lembrança que o professor Newton trouxe é que devem tentar articular o critério administrativo com o critério acadêmico, porque se esquecem o critério acadêmico e fazem só o administrativo, no sentido de enxugamento, de tentativas de coisas muito complicadas nesse sentido, fica

1 difícil, porque não levam em consideração essas diferenças. E acha que é mais fácil inter-
2 relacionar essas diferenças quando elas são mostradas. Parabeniza a FECFAU pela
3 reorganização e a nova discussão das áreas. O Conselheiro FERNANDO SARTI observa que
4 a nova deliberação estabelece um número de departamentos com um número total de docentes
5 por unidade de ensino, pesquisa e extensão. A questão importante é que também a própria
6 deliberação incentiva que haja compartilhamento de estruturas; comunga muito com a ideia da
7 interdisciplinaridade, considera fundamental e acha que, independentemente dos
8 departamentos, isso pode ser sempre aprofundado. O MAGNÍFICO REITOR diz que há
9 unidades na Unicamp que historicamente não têm departamentos; a FCA nasceu assim, a Feagri
10 é assim. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 25
11 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-4548/2002 –, do Núcleo
12 Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais, que trata da proposta de deliberação CAD que dispõe
13 sobre o Regimento Interno do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais, revogando a
14 Deliberação Consu-A-12/02. Destaque da professora Verónica. A Conselheira VERÓNICA
15 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que, no artigo 14, consta “Núcleo ou Centro”, que acredita
16 que tenha sido um deslize, então sugere a remoção da palavra “Centro”. Trata-se do Lume, que
17 é um núcleo. Nesse mesmo artigo, é usado o termo “pesquisadores”, que entende que cabe,
18 porque no artigo 16 se fala em “pesquisadores visitantes”. Entende que o termo “pesquisadores”
19 busca alcançar os servidores, como na discussão anterior, e pesquisadores visitantes. E no artigo
20 16, está escrito que “O Lume poderá receber Pesquisadores Visitantes”, e sugere colocar em
21 minúscula o termo, porque não se trata da Carreira Pq. A Doutora RALUCA SAVU esclarece
22 que o artigo 14 é baseado no modelo padrão que foi aprovado em 2022, e observa que esses
23 tipos de vinculação foram adaptados de acordo com sugestões que a própria Procuradoria Geral
24 fez para distinguir entre pesquisadores da Carreira PQ que são lotados nos centros e núcleos e
25 pesquisadores visitantes, colaboradores. Em relação ao termo, entende que pesquisador é
26 alguém que faz pesquisa; acha que poderia ser trocado por “servidor”, para ser mais abrangente,
27 mas imagina que seja alguém que deseja fazer pesquisa junto com aquele centro ou núcleo. Há
28 um modelo padrão, onde está escrito “pesquisador”, mas os centros e núcleos têm a liberdade
29 de adequar de acordo com as suas especificidades. A Conselheira VERÓNICA ANDREA
30 GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que o artigo 16 amplia isso, pois define que o Lume poderá receber
31 pesquisadores visitantes convidados, pesquisadores colaboradores, pós-doutorandos. Assim
32 sendo, é importante que esse artigo 14 não acabe restringindo o objetivo do artigo 16. A
33 Conselheira CHRISTIANE NEME CAMPOS diz que entende de uma forma um pouco
34 diferente. Existe a entidade pesquisador vinculado ao Lume, que é uma pessoa cadastrada, que
35 vai ter vínculo, e o artigo 16 abre para uma coisa mais ampla, que não necessariamente precisa
36 fazer referência ao pesquisador vinculado. São pessoas que podem fazer coisas pontuais no
37 Lume e não precisam estar vinculadas. Entende como a doutora Raluca, como uma coisa mais
38 ampla, pesquisadores são pessoas que fazem pesquisa, e que, eventualmente, podem entrar em
39 contato com o Lume para coisas mais pontuais e não necessariamente um vínculo formal. A
40 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES diz que alunos de iniciação científica também são

pesquisadores. Então, quando se fala em pesquisador, é aquele que faz ou quer fazer pesquisa, não há por que particularizar tanto. Depois, se quiserem particularizar, há as outras categorizações. O Lume tem uma característica especial, pois é um núcleo de artes, de artistas, então é diferente; nem sempre as pessoas que vão lá terão necessariamente pós-graduação, mas podem fazer pesquisa. O MAGNÍFICO REITOR diz que sua compreensão do artigo 16 é que ele trata de quem não é da comunidade da Unicamp, uma vez que se refere a pesquisadores visitantes convidados, pesquisadores colaboradores, ou seja, alguém que está em algum lugar e queira vir colaborar. Além disso, devem respeitar as características do local; se forem olhar os regimentos das unidades de ensino, pesquisa e extensão, eles também não têm muitos parâmetros parecidos. Isso flutua em função da cultura local e da forma como a linguagem deve ser expressa. Então, procede esse cuidado, mas talvez consigam achar um ponto de equilíbrio. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI observa que têm passado na CAD vários regimentos de centros e núcleos, que estão buscando se adequar a uma deliberação Consu que baixou um modelo de regimento interno de centros e núcleos, que é a Deliberação Consu-A-17/2000, que reviu a Deliberação Consu-A-22/1987. Nesse modelo, a redação do artigo 14 é exatamente a que consta na pauta agora; e quando ele faz referência a Pesquisadores Visitantes Convidados e Pesquisadores Colaboradores, são programas, por isso está com maiúscula. Existem deliberações específicas tratando desses programas, portanto está correto da forma como está. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 25 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao destaque em bloco feito pelo professor Sarti, itens 19 a 76: C - Carreira Paepe - Progressão 2025 – Para Homologação - Deliberações CAD-A-18/2024 e CAD-A-17/2024, Instrução Normativa DGRH-06/2024 e Informação PRDU-38/2025 - Propostas de progressão na Carreira Paepe 2025 das seguintes CSARHs: 19) Proc. nº 16-P-44443/2024, da Biblioteca Central Cesar Lattes – CSARH-01 – Órgão Colegiado do SBU – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-199/25 e Despacho CCRH/CIDE-200/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/24 e Deliberação Colegiado do SBU-05/25. 20) Proc. nº 27-P-13823/2025, do Hospital da Mulher “Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti” – CSARH-02 – Conselho Técnico Administrativo – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-200/25 e Despacho CCRH/CIDE-201/25. 21) Proc. nº 40-P-44906/2024, do Centro de Saúde da Comunidade – Coordenadoria de Serviços Sociais – CSARH-04 - Instância Equivalente II – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-201/25 e Despacho CCRH/CIDE-202/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/24 e Informação da Instância Equivalente II de 17.06.25. 22) Proc. nº 01-P-44091/2024, do Centro para Manutenção de Equipamentos – CSARH-05 – Instância Equivalente IV – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-202/25 e Despacho CCRH/CIDE-203/25. 23) Proc. Nº 01-P-24583/2025, da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa 1 (Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa – Núcleo de

1 Desenvolvimento da Criatividade - Núcleo de Informática Aplicada à Educação – Núcleo de
2 Estudos de Políticas Públicas – Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Núcleo
3 Interdisciplinar de Comunicação Sonora – Centro de Estudos de Opinião Pública – Núcleo de
4 Estudos de Gênero – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais – Núcleo de Estudos e
5 Pesquisas Ambientais – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – Núcleo
6 Interdisciplinar de Planejamento Energético – Centro de Integração, Documentação e Difusão
7 Cultural) – CSARH-09 – Instância Equivalente V – Relatórios Finais do Comitê de
8 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-203/25 e Despacho CCRH/CIDE-204/25. 24)
9 Proc. nº 01-P-24586/2025, da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de
10 Pesquisa 2 (Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura – Centro
11 de Estudos de Energia e Petróleo – Centro de Componentes Semicondutores e Nanotecnologias
12 – Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência – Centro Pluridisciplinar de Pesquisas
13 Químicas, Biológicas e Agrícolas – Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética –
14 Centro de Memória da Unicamp) – CSARH-10 – Instância Equivalente V – Relatórios Finais
15 do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-204/25 e Despacho CCRH/CIDE-205/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo
16 residual – Informação PRDU-46/24 e Despacho HUBRH-01/25. 25) Proc. nº 01-P-43034/2024,
17 da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa 3 (Centro de Engenharia
18 Biomédica) – CSARH-11 – Conselho Superior - Relatórios Finais do Comitê de
19 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-205/25 e Despacho CCRH/CIDE-206/25 -
20 Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação
21 PRDU-46/24 e C.I.Coord./CEB-10. 26) Proc. nº 01-P-22126/2025, da Diretoria Geral de
22 Administração da Unicamp – CSARH-12 – Instância Equivalente IV – Relatórios Finais do
23 Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-206/25 e Despacho CCRH/CIDE-
24 207/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual –
25 Informação PRDU-46/25 e Ata Instância Equivalente IV-07/25. 27) Proc. nº 01-P-44989/2024,
26 da Diretoria Geral de Recursos Humanos – CSARH-13 – Instância Equivalente III – Relatórios
27 Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH - Parecer CIDE-207/25 e Despacho
28 CCRH/CIDE-208/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo
29 residual – Informação PRDU-46/25 e Informação da Instância Equivalente III. 28) Proc. nº 41-
30 P-24052/2025, da Divisão de Educação Infantil e Complementar – CSARH-14 – Conselho da
31 DEEDUC – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-
32 208/25 e Despacho CCRH/CIDE-209/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor
33 com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Ata da 4ª reunião do Conselho de
34 09.06.25. 29) Proc. nº 01-P-7490/2025, do Centro de Diagnóstico de Doenças do Aparelho
35 Digestivo – CSARH-16 – Conselho Deliberativo – Relatórios Finais do Comitê de
36 Acompanhamento e da CSARH - Parecer CIDE-209/25 e Despacho CCRH/CIDE-210/25. 30)
37 Proc. nº 32-P-24556/2025, do do Centro de Hematologia e Hemoterapia – CSARH-17 –
38 Conselho Técnico Científico – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH
39 – Parecer CIDE-210/25 e Despacho CCRH/CIDE-211/25 - Obs.: Aprovada contemplação de
40

1 mais um servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Ofício Coord/Hemo-
2 65/25. 31) Proc. nº 01-P-23962/2025, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário – Pró-
3 Reitoria de Pesquisa - CSARH-19 – Instância Equivalente I – Relatórios Finais do Comitê de
4 Acompanhamento e da CSARH - Parecer CIDF-211/25 e Despacho CCRH/CIDF-212/25 -
5 Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação
6 PRDU-46/25 e Informação da Instância Equivalente I, de 11.06.25. 32) Proc. nº 01-P-
7 43616/2024, da Reitoria (Gabinete do Reitor – Grupo Gestor de Benefícios Sociais – Assessoria
8 de Economia e Planejamento – Câmara de Mediação – Instituto de Estudos Avançados) –
9 CSARH-23 - Instância Equivalente II - Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da
10 CSARH - Parecer CIDF-212/25 e Despacho CCRH/CIDF-213/25. 33) Proc. nº 13-P-
11 24170/2025, do Colégio Técnico de Limeira – CSARH-25 – Congregação – Relatórios Finais
12 do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-213/25 e Despacho
13 CCRH/CIDF-214/25. 34) Proc. nº 12-P-24130/2025, do Colégio Técnico de Campinas –
14 CSARH-26 – Congregação – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH
15 – Parecer CIDF-214/25 e Despacho CCRH/CIDF-215/25 - Obs.: Aprovada contemplação de
16 mais um servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25, nos termos do Parecer
17 CIDF-214/25. 35) Proc. nº 02-P-44576/2024, da Faculdade de Ciências Médicas – CSARH-27
18 – Congregação – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer
19 CIDF-215/25 e Despacho CCRH/CIDF-216/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um
20 servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e aprovação *ad referendum* da
21 FCM em 28.07.25. (com previsão de homologação em 29.08.25). 36) Proc. nº 19-P-
22 20920/2025, da Faculdade de Educação – CSARH-28 – Congregação – Relatórios Finais do
23 Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-216/25 e Despacho CCRH/CIDF-
24 217/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual –
25 Informação PRDU-46/25 e Deliberação Congregação-158/25. 37) Proc. nº 04-P-417/2025, da
26 Faculdade de Engenharia de Alimentos – CSARH-29 – Congregação – Relatórios Finais do
27 Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-217/25 e Despacho CCRH/CIDF-
28 218/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual –
29 Informação PRDU-46/25 e Of. Dir-FEA-49/25. 38) Proc. nº 28-P-46584/2024, da Faculdade
30 de Engenharia Agrícola – CSARH-30 – Congregação - Relatórios Finais do Comitê de
31 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-218/25 e Despacho CCRH/CIDF-219/25 -
32 Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação
33 PRDU-46/25 e aprovação *ad referendum* da Feagri em 13.06.25. (com previsão de
34 homologação em 13.08.25). 39) Proc. nº 05-P-45524/2024, da Faculdade de Engenharia Civil,
35 Arquitetura e Urbanismo – CSARH-31 – Congregação – Relatórios Finais do Comitê de
36 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-219/25 e Despacho CCRH/CIDF-220/25 -
37 Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação
38 PRDU-46/25 e Deliberação da Congregação FECFAU-91/25. 40) Proc. nº 29-P-13583/2025,
39 da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – CSARH-32 – Congregação –
40 Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH - Parecer CIDF-220/25 e

1 Despacho CCRH/CIDF-221/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso
2 de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Deliberação Congregação FEEC-155/25. 41)
3 Proc. nº 23-P-9779/2025, da Faculdade de Educação Física – CSARH-33 – Congregação –
4 Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-221/25 e
5 Despacho CCRH/CIDF-222/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso
6 de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Deliberação Congregação FEF-40/25. 42) Proc.
7 nº 03-P-16927/2025, da Faculdade de Engenharia Mecânica – CSARH-34 – Congregação –
8 Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-222/25 e
9 Despacho CCRH/CIDF-223/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso
10 de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Deliberação Congregação-137/25. 43) Proc. nº
11 18-P-24518/2025, da Faculdade de Engenharia Química – CSARH-35 – Congregação –
12 Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-223/25 e
13 Despacho CCRH/CIDF-224/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso
14 de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Deliberação Congregação/FEQ- 117/25. 44) -
15 Proc. nº 06-P-22182/2025, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – CSARH-36 –
16 Congregação – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer
17 CIDF-224/25 e Despacho CCRH/CIDF-225/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um
18 servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e aprovação *ad referendum* da
19 FOP em 31.07.25. (com previsão de homologação em 06.08.25). 45) Proc. nº 17-P-23966/2025,
20 do Instituto de Artes – CSARH-37 – Congregação – Relatórios Finais do Comitê de
21 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-225/25 e Despacho CCRH/CIDF-226/25 -
22 Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação
23 PRDU-46/25 e Deliberação Congregação IA-100/25. 46) Proc. nº 07-P-44281/2024, do
24 Instituto de Biologia – CSARH-38 – Congregação – Relatórios Finais do Comitê de
25 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-226/25 e Despacho CCRH/CIDF-227/25 -
26 Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação
27 PRDU-46/25 e Parecer da Congregação IB-201/25. 47) Proc. nº 34-P-24307/2025, do Instituto
28 de Computação – CSARH-39 – Congregação – Relatórios Finais do Comitê de
29 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-227/25 e Despacho CCRH/CIDF-228/25. 48)
30 Proc. nº 26-P-44970/2024, do Instituto de Economia – CSARH-40 – Congregação – Relatórios
31 Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-228/25 e Despacho
32 CCRH/CIDF-229/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo
33 residual – Informação PRDU-46/25 e Deliberação Congregação IE-159/25. 49) Proc. nº 21-P-
34 23620/2025, do Instituto de Estudos da Linguagem – CSARH-41 – Congregação – Relatórios
35 Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-229/25 e Despacho
36 CCRH/CIDF-230/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo
37 residual – Informação PRDU-46/25 e Deliberação-149/25. 50) Proc. nº 08-P-13440/2025, do
38 Instituto de Física Gleb Wataghin – CSARH-42 – Congregação – Relatórios Finais do Comitê
39 de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDF-230/25 e Despacho CCRH/CIDF-231/25 -
40 Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação

1 PRDU-46/25 e Deliberação Congregação IFGW-100/25. 51) Proc. nº 09-P-5943/2025, do
2 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – CSARH-43 – Congregação – Relatórios Finais do
3 Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-231/25 e Despacho CCRH/CIDE-
4 232/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual –
5 Informação PRDU-46/25 e 25 e Parecer da Congregação 239/25. 52) Proc. nº 22-P-24179/2025,
6 do Instituto de Geociências – CSARH-44 – Congregação – Relatórios Finais do Comitê de
7 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-232/25 e Despacho CCRH/CIDE-233/25 -
8 Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação
9 PRDU-46/25 e Deliberação IG-74/25. 53) Proc. nº 10-P-17649/2025, do Instituto de
10 Matemática, Estatística e Computação Científica – CSARH-45 – Congregação – Relatórios
11 Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-233/25 e Despacho
12 CCRH/CIDE-234/25. 54) Proc. nº 11-P-23676/2025, do Instituto de Química – CSARH-46 –
13 Congregação – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer
14 CIDE-234/25 e Despacho CCRH/CIDE-235/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um
15 servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Deliberação da Congregação
16 IQ-217/25. 55) Proc. nº 25-P-23750/2025, da Coordenadoria de Centros e Núcleos
17 Interdisciplinares de Pesquisa 4 (Centro Multidisciplinar de Investigação Biológica) – CSARH-
18 47 – Conselho Científico – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH –
19 Parecer CIDE-235/25 e Despacho CCRH/CIDE-236/25 - Obs.: Aprovada contemplação de
20 mais um servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Parecer do Conselho
21 Científico em 05.08.25. 56) Proc. nº 01-P-25123/2025, da Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e
22 Cultura – CSARH-48 – Instância Equivalente I – Relatórios Finais do Comitê de
23 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-236/25 e Despacho CCRH/CIDE-237/25. 57)
24 Proc. nº 36-P-23550/2025, da Faculdade de Ciências Aplicadas – CSARH-49 – Congregação -
25 Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-237/25 e
26 Despacho CCRH/CIDE-238/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso
27 de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Deliberação Congregação FCA-168/25. 58)
28 Proc. nº 37-P-23880/2025, da Faculdade de Tecnologia – CSARH-50 – Congregação –
29 Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-238/25 e
30 Despacho CCRH/CIDE-239/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso
31 de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Deliberação Congregação FT-128/25. 59) Proc.
32 nº 15-P-15843/2025, do Hospital de Clínicas (Enfermagem) – CSARH-51 – Conselho
33 Executivo da Administração – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH
34 - Parecer CIDE-239/25 e Despacho CCRH/CIDE-240/25 - Obs.: Aprovada contemplação de
35 mais um servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Inf. 75/2025 –
36 CEA/HC. 60) Proc. nº 15-P-15847/2025, do Hospital de Clínicas (Área Médica) – CSARH-52
37 – Conselho Executivo da Administração - Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e
38 da CSARH - Parecer CIDE-240/25 e Despacho CCRH/CIDE-241/25. 61) Proc. nº 15-P-
39 15850/2025, do Hospital de Clínicas (Apoio Assistencial) – CSARH-53 – Conselho Executivo
40 da Administração – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH - Parecer

1 CIDEF-241/25 e Despacho CCRH/CIDEF-242/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um
2 servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Inf.75/25-CEA/HC. 62) Proc.
3 nº 15-P-15851/2025, do Hospital de Clínicas (Área Administrativa e Apoio Operacional) –
4 CSARH-54 – Conselho Executivo da Administração - Relatórios Finais do Comitê de
5 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDEF-242/25 e Despacho CCRH/CIDEF-243/25. 63)
6 Proc. nº 01-P-9449/2025, da Coordenadoria Geral da Universidade – Sistema de Arquivos –
7 Escola de Educação Corporativa – Serviço de Informações ao Cidadão – CSARH-58 – Instância
8 Equivalente I – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH - Parecer CIDEF-
9 243/25 e Despacho CCRH/CIDEF-244/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor
10 com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Informação da Instância Equivalente I
11 de 11.06.25. 64) Proc. nº 01-P-105/2025, da Diretoria Acadêmica – CSARH-59 – Instância
12 Equivalente IV - Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer
13 CIDEF-244/25 e Despacho CCRH/CIDEF-245/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um
14 servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Ata Instância Equivalente IV-
15 07/25. 65) Proc. nº 38-P-24161/2025, da Faculdade de Enfermagem – CSARH-60 –
16 Congregação - Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDEF-
17 245/25 e Despacho CCRH/CIDEF-246/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor
18 com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Deliberação da Congregação/FEnf-
19 118/25. 66) Proc. nº 01-P-43395/2024, da Prefeitura (Administração – Restaurantes) – CSARH-
20 61 – Instância Equivalente III – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH
21 - Parecer CIDEF-246/25 e Despacho CCRH/CIDEF-247/25 - Obs.: Aprovada contemplação de
22 mais um servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Informação da
23 Instância Equivalente III de 17.06.25. 67) Proc. nº 39-P-4395/2025, da Faculdade de
24 Ciências Farmacêuticas – CSARH-63 – Congregação - Relatórios Finais do Comitê de
25 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDEF-247/25 e Despacho CCRH/CIDEF-248/25 -
26 Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação
27 PRDU-46/25 e aprovação ad referendum da FCF de 27.06.25 (com previsão de homologação
28 em 08.08.25). 68) Proc. nº 01-P-24401/2025, da Pró-Reitoria de Graduação – Pró-Reitoria de
29 Pós-Graduação (Diretoria de Logística e Infraestrutura de Ensino - Grupo Gestor de
30 Tecnologias Educacionais - Comissão Permanente para os Vestibulares - Centro de Ensino de
31 Línguas) – CSARH-64 – Instância Equivalente I - Relatórios Finais do Comitê de
32 Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDEF-248/25 e Despacho CCRH/CIDEF-249/25 -
33 Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação
34 PRDU-46/25 e Informação da Instância Equivalente I de 11.06.25. 69) Proc. nº 01-P-
35 16043/2025, da Secretaria Executiva de Comunicação – CSARH-65 – Instância Equivalente I
36 - Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDEF-249/25 e
37 Despacho CCRH/CIDEF-250/25. 70) Proc. nº 01-P-11832/2025, da Prefeitura de Limeira –
38 CSARH-66 – Instância Equivalente III - Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e
39 da CSARH – Parecer CIDEF-250/25 e Despacho CCRH/CIDEF-251/25 - Obs.: Aprovada
40 contemplação de mais um servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e

1 Informação da Instância Equivalente III de 17.06.25. 71) Proc. nº 01-P-44305/2024, da Reitoria
2 1 (Procuradoria Geral - Secretaria Geral - Comissão Processante Permanente - Ouvidoria-
3 Editora - Agência de Inovação da Unicamp) – CSARH-67 – Instância Equivalente II -
4 Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer CIDE-251/25 e
5 Despacho CCRH/CIDE-252/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso
6 de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Informação da Instância Equivalente II de
7 13.06.25. 72) Proc. nº 01-P-14655/2025, da Reitoria 2 - Diretorias Executivas (Diretoria
8 Executiva de Direitos Humanos – Diretoria Executiva de Relações Internacionais – Diretoria
9 Executiva da Área da Saúde – Diretoria Executiva de Ensino Pré-Universitário – Diretoria
10 Executiva de Administração – Secretaria de Vivência dos Campi) – CSARH-68 – Instância
11 Equivalente VI - Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH – Parecer
12 CIDE-252/25 e Despacho CCRH/CIDE-253/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um
13 servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Ofício 135/25-Detic. 73) Proc.
14 nº 01-P-43651/2024, da Diretoria Executiva de Planejamento Integrado – CSARH-69 –
15 Instância Equivalente VI - Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH –
16 Parecer CIDE-253/25 e Despacho CCRH/CIDE-254/25 - Obs.: Aprovada contemplação de
17 mais um servidor com uso de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Ofício 135/25-Detic.
18 74) Proc. nº 01-P-25026/2025, dos Dirigentes – CSARH-70 – Gabinete do Reitor (Del. CAD-
19 A-18/2024 – Art. 22) – Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH -
20 Parecer CIDE-254/25 e Despacho CCRH/CIDE-255/25. 75) Proc. nº 01-P-7973/2025, da
21 Diretoria Executiva de Apoio e Permanência Estudantil – CSARH-71 – Instância Equivalente
22 VI - Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH - Parecer CIDE-255/25 e
23 Despacho CCRH/CIDE-256/25. Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso
24 de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Ofício 135/25-Detic. 76) Proc. nº 01-P-
25 24012/2025, da Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação – Centro
26 Nacional de Processamento de Alto Desempenho – CSARH-72 – Instância Equivalente VI -
27 Relatórios Finais do Comitê de Acompanhamento e da CSARH - Parecer CIDE-256/25 e
28 Despacho CCRH/CIDE-257/25 - Obs.: Aprovada contemplação de mais um servidor com uso
29 de saldo residual – Informação PRDU-46/25 e Ofício 135/25-Detic. O Conselheiro
30 FERNANDO SARTI faz os agradecimentos à senhora Maria Aparecida e a toda a equipe da
31 DGRH, que atuou com muita competência, em um processo de bastante complexidade, que
32 leva oito meses dentro da Universidade, envolve um grupo grande de servidores e, ao mesmo
33 tempo, vários órgãos. Estende o agradecimento a todos os RHs dos órgãos, às comissões de
34 avaliação, a quem cabe um trabalho nada simples de avaliar os colegas, mas também às
35 instâncias equivalentes, às congregações, que rigorosamente seguiram o cronograma
36 estabelecido pelo processo. Passa a palavra ao professor Rodrigo Lanna, que fará uma
37 apresentação. O Professor RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA agradece a todos os
38 integrantes do comitê e a toda a equipe da DGRH. Já estão no quarto ano trabalhando na
39 progressão da Carreira Paepe de forma ininterrupta, construindo toda uma institucionalidade,
40 construindo as regras, acompanhando isso anualmente e fazendo os ajustes anualmente sem

deixar o processo parar. Um dos resultados dessa institucionalidade é o comitê de acompanhamento, criado dois anos atrás, que vem fazendo os apontamentos necessários ano após ano e ajudado na evolução de todo esse processo. É um processo complexo, mas que teve avanços importantes. O objetivo desse comitê foi realmente acompanhar as etapas do processo; são 58 comissões de avaliação e as respectivas congregações e instâncias. Fizeram algumas reuniões presenciais, emitiram mais de 150 pareceres, reportaram mais de 20 respostas a recursos, atuando em cada uma das seis etapas do processo de progressão. Nas duas primeiras etapas, foram definidos os critérios de avaliação pela comissão de avaliação, foram definidos os percentuais de recursos entre horizontal e vertical pela congregação, e nessa etapa o comitê avaliou sete recursos, sendo um deferido. O comitê avaliou e emitiu 154 pareceres nessas duas primeiras etapas do processo. Em média, as congregações e instâncias equivalentes definiram um percentual de aproximadamente 40% dos recursos para a progressão horizontal e 60% para a vertical. Nas etapas cinco e seis, ocorreram as inscrições dos servidores; foram 1.652 servidores inscritos, cerca de dois terços dos aptos, que totalizavam 2.500 servidores. Dentre os inscritos, 573 optaram pela progressão horizontal e 1.079 pela vertical, o que naturalmente leva a uma maior pressão por recursos. Na horizontal, dos 573 inscritos, 563 foram classificados, lembrando que se o servidor tivesse nota menor que 6, ele seria desclassificado do processo, e 561 foram contemplados. Então, de forma geral, a horizontal praticamente contemplou todos os servidores que se inscreveram nessa modalidade. Na vertical, por sua vez, houve 1.079 inscritos, 1.032 classificados e 762 contemplados, 74%. Ressalta que essa ênfase pela vertical realmente pressiona a disponibilidade de recursos para a progressão Paepe. Alguns outros dados importantes: houve uma taxa de contemplação de 83% dos classificados, 80% dos inscritos, que é um número bastante significativo. Informa que 78% dos servidores contemplados estavam no nível 1C da carreira, sendo que boa parte deles obteve progressão horizontal em 2022 e este ano concorreu na vertical. Nessa etapa do processo, houve 20 recursos, sendo dois deferidos. Alguns órgãos e unidades tiveram taxa de contemplação de 100%, e em pouquíssimas 50%, 55%, 60%, geralmente unidades em que praticamente 100% dos servidores solicitaram a progressão vertical e que por isso tiveram uma menor taxa de contemplação. Ressalta o avanço nesses quatro anos, até mesmo de construção das regras do jogo, mas evidentemente há melhorias pela frente. Um dos papéis do comitê é avaliar e apontar essas melhorias para a próxima rodada, que já começam a formular agora em setembro e outubro. Uma proposta que precisa de um pouco mais de tempo, não ocorrerá no próximo processo, é avaliar essa questão da progressão horizontal *versus* a vertical. Criar alguns mecanismos de estímulo para progressão horizontal, de forma que haja uma progressão que pode ser até um pouco mais lenta, mas algo que seja contínuo. Se continuar da forma como foi este ano, com foco muito grande na vertical, teme que continuem existindo os mesmos problemas que vêm observando. A vertical precisa ocorrer, mas a questão é a ênfase. Acha que conseguiram, nas primeiras rodadas, como o senhor Adilton coloca, fazer o espalhamento da carreira, e a partir de agora talvez seja o melhor caminho uma ênfase na horizontal, ainda garantindo que a vertical exista. Seria importante o próprio comitê se unir ou criar um grupo de trabalho para avaliar isso

1 com um pouco mais de calma e fazer algumas mudanças de rumo. Estão na pauta todas essas
2 progressões; o comitê, como fez na CIDF, recomenda a aprovação. Isso foi fruto de um trabalho
3 do primeiro semestre inteiro de análise, acompanhando cada uma dessas unidades, pensando
4 tudo isso e avaliando as imperfeições. Agradece a confiança do senhor Reitor, do professor
5 Fernando Coelho e do professor Fernando Sarti no trabalho do comitê. O Conselheiro
6 FERNANDO SARTI diz que, nas quatro progressões, já investiram R\$120 milhões na
7 valorização profissional, e em valores corrigidos isso já significa R\$134 milhões. É um
8 investimento importante, necessário, mas evidentemente a Universidade também quer colher
9 os frutos, por isso há cada vez mais a necessidade de fazer uma avaliação desse investimento,
10 o retorno que isso tem gerado para a Unicamp. A progressão horizontal avalia a excelência no
11 desempenho do servidor, ao passo que a vertical avalia a complexidade das tarefas exercidas.
12 Portanto, se há uma mudança de complexidade, se há um aumento de excelência no
13 desempenho, isso vai repercutir nas atividades da Universidade. É isso o que também precisam
14 avaliar, pois R\$120 milhões são recursos bastante significativos. O Conselheiro FERNANDO
15 ANTONIO SANTOS COELHO diz que há uma categoria de funcionários, sobretudo nos níveis
16 médio e fundamental, que chegaram ao topo do seu nível. Pergunta o que estão pensando para
17 solucionar isso, pois as pessoas reclamam, e com razão, porque elas estão vendo passar vários
18 processos de progressão e ficam paradas no mesmo lugar, porque chegaram no topo do nível e
19 não têm mais para onde ir, estão estagnadas. Foi elencada uma série de ações para as próximas
20 rodadas, mas não viu especificamente esse item. O Conselheiro FERNANDO SARTI observa
21 que isso também acontece com a carreira docente; quando chegam a titulares, estão no topo da
22 carreira, então não há mais para onde ir, isso é natural. O que precisam é sempre tomar o cuidado
23 e ter a devida dosagem para que as carreiras sejam construídas com uma certa normalidade,
24 para que se evite exatamente isso. Isso ocorre na Carreira Paepe, na carreira MS e nas demais.
25 Vão avaliar as propostas colocadas, o comitê tem sempre recolhido essas informações, mas é
26 um grupo muito reduzido dentro do total de 6.500 servidores, que não chega a 100 pessoas. A
27 Conselheira CHRISTIANE NEME CAMPOS solicita ao professor Rodrigo que encaminhe a
28 ela o arquivo da apresentação feita por ele, para ajudá-la em um relatório que está elaborando
29 sobre a progressão, que conterà sugestões baseadas em sua experiência. Considera que o pessoal
30 da DGRH e da PRDU trabalham muito pela progressão, participou de todas as instâncias, na
31 comissão de avaliação, na instância equivalente, em todo esse período, e é um trabalho enorme.
32 E justamente por ser um trabalho enorme, acha que seria necessário investir um pouco naquilo
33 que pode ser automatizado. Há um conjunto de coisas, que percebeu especialmente na sua
34 experiência deste semestre, na presidência da instância equivalente, que acha que podem ser
35 automatizadas; a informação está no sistema, precisaria de um pequeno sistema para fazer isso,
36 o que ajudaria muito o processo. Já existem várias coisas que exigem uma análise, mas há um
37 conjunto de coisas que podem automatizar, e vai falar um pouco delas no relatório. Parabeniza
38 pelo trabalho, que é muito bem feito e tem melhorado muito. O Conselheiro FERNANDO
39 SARTI diz que sempre é possível trazer melhorias para o processo, mas comparando a primeira
40 progressão com essa, diz que o processo todo rodou mais de 95% automatizado, o que ajudou

1 muito. No futuro podem chegar a 100%. A Conselheira CHRISTIANE NEME CAMPOS diz
2 que não dá para ser 100%. Mas algumas coisas no final causam algum atraso desnecessário, e
3 acha que quem está do lado de cá pode apontar. O Conselheiro FERNANDO SARTI concorda,
4 considerando que são sugestões oriundas das comissões de avaliação, das instâncias
5 equivalentes, e diz que no futuro conseguirão alcançar isso. O Conselheiro PETRILSON ALAN
6 PINHEIRO DA SILVA parabeniza o comitê, em nome do professor Lanna, e a PRDU pelo
7 trabalho. O processo de progressão Paepe tem evoluído realmente nos últimos anos, como
8 diretor tem visto isso, e sobre a relação da progressão horizontal e vertical comentada pelo
9 professor Lanna acha que devem pensar em alguns critérios. Talvez rever o valor para as
10 progressões horizontais, como forma de estímulo para que mais pessoas queiram concorrer na
11 horizontal. Ou pensar em critérios específicos; no caso dos docentes, se um docente MS 5.1
12 deseja se tornar titular, passar para a vertical e não horizontal, que seria o MS-5.2, há dois
13 critérios. Primeiro, tem que haver vaga para titular, isso é o mais importante, e além disso há os
14 critérios internos da unidade a serem cumpridos. Então, talvez algo nesse sentido, de que talvez
15 a própria unidade, de alguma forma, possa estabelecer critérios internos como os dos docentes,
16 e com isso os funcionários se programem. A proposta de criar um grupo de trabalho também é
17 boa para pensar isso com mais detalhes. O MAGNÍFICO REITOR diz que a carreira docente
18 tem particularidades como o interstício, que é uma característica muito forte. Por exemplo, em
19 algumas universidades, podem ir de MS-5.1 para MS-6 sem interstício. No caso da Unicamp,
20 decidiram no passado ter o interstício, e assim tem sido mantido. O Conselheiro FERNANDO
21 SARTI lembra que a Carreira Paepe também possui interstícios. A Conselheira ELAINE
22 CRISTINA DE ATAÍDE diz que sempre levanta a maneira como fazem a avaliação, que acaba
23 sendo uma coisa ainda muito pessoal e aberta a brigas, a discussões em corredores, quando o
24 servidor não está de acordo com o chefe imediato. Além disso, há também um número muito
25 grande de funcionários de RH que são dedicados ao longo do ano a atuar na progressão da
26 carreira. Embora o professor Sarti tenha dito que está chegando quase a 100% totalmente
27 computadorizado, ainda tem bastante RH envolvido nisso durante o ano, o que afasta as pessoas
28 de suas atividades iniciais. Portanto, sua sugestão é acelerar essa questão da informatização,
29 para tornar o menos pessoal possível e diminuir querelas dentro das unidades. O Conselheiro
30 BRUNO GOMES XIMENES parabeniza a equipe da DGRH, a equipe da carreira, a PRDU,
31 por todo o trabalho em todos os ciclos de progressão; ver o processo evoluindo é muito bom, é
32 um processo da Universidade do qual não podem abrir mão. Parabeniza em especial o professor
33 Lanna, que entende muito da carreira, faz contribuições fantásticas, e presidiu o comitê
34 novamente, um trabalho árduo a que ele vem se dedicando. Ressalta, para quem está fazendo
35 sugestões, que existe um *e-mail*, dgrh.carreira@unicamp.br, que está aberto o ano inteiro, então
36 se pensarem em uma sugestão no meio do processo de progressão, podem enviar no *e-mail*
37 DGRH Carreira, que eles compilam tudo e levam para o comitê fazer a análise. Reforça as
38 palavras do professor Lanna para que tenham um GT para fazer essas análises já para o ciclo
39 de 2027. Deixa aqui sua sugestão de revisão do quadro da carreira, que foi criado para uma
40 carreira que teria só progressões verticais e que foram adaptando para criar horizontal, que

1 primeiro era de 10%, agora é de 5%. Ele apresenta algumas distorções, algumas progressões
2 são muito maiores proporcionalmente do que outras, e algumas os valores são coisas absurdas;
3 por exemplo, se no IB fosse progredir um servidor nível S4 para S5, acabaria a verba do
4 Instituto. Então, precisam resolver isso, porque não é bom nem mesmo para a pessoa, porque
5 ela pode ficar na lista em primeiro lugar e não ser contemplada, porque a unidade não possui
6 verba. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que não se pode discutir a progressão
7 Paepe comparando a Carreira Paepe com outras carreiras, pois ela tem uma estrutura própria e
8 é preciso entender o porquê de ela estar estruturada dessa forma. A carreira tem quase sete mil
9 pessoas, com quase 500 funções distintas e três segmentos, fundamental, médio e superior. O
10 que determina o segmento é a escolaridade do concurso. E para piorar ainda mais a situação, os
11 segmentos estão estratificados em níveis: três no fundamental, quatro no médio e cinco no
12 superior. E se forem criar novos níveis, precisam rasgar a tabela de vencimento, que compõe
13 um anexo da deliberação da carreira. Houve vários problemas no passado por ignorar segmento
14 e inventar uma carreira que era por nível de complexidade, onde se jogava o segmento no lixo,
15 mas não é mais possível esse tipo de situação. Quando foi feita a transposição da carreira
16 anterior para a tabela de vencimento atual, todos foram enquadrados no seu nível, de acordo
17 com o que era lá atrás, ninguém perdeu um centavo, e no seu segmento de escolaridade de
18 concurso. E essa tabela tem alguns subníveis. A progressão na vertical foi feita para corrigir um
19 problema do passado, que era a questão do achatamento. Quando, em uma gestão anterior, foi
20 feito o processo de elevação de piso, a famosa isonomia com a USP, que não foi concluída em
21 razão de problemas financeiros, as pessoas, em sua grande maioria, estavam nos níveis iniciais
22 dos segmentos. No nível 1 do fundamental não, porque do fundamental terminou a equiparação
23 salarial com a USP, mas no médio e no superior pessoas com 30, 40, 50 anos de Universidade
24 eram nível 1, que é porta de entrada de concurso. A partir daí, houve várias medidas, como não
25 permitir mais aumento desatrelado da avaliação de mérito, e para isso foi criado o processo de
26 progressão na vertical, desenhado não para ser perene, mas para corrigir o problema do passado,
27 que era fazer o espalhamento, como o professor Rodrigo acabou de falar. O objetivo era tirar
28 os milhares que estavam concentrados no nível 1, do médio e do superior, e avaliando o mérito
29 por meio da questão do nível de complexidade, que é um termo extremamente subjetivo, mas
30 que conseguem entender na prática. Mudar do 1 para o 2, do 2 para o 3, isso foi feito, mas se
31 foi feito da maneira como deveria é uma outra avaliação. No entanto, ainda vê um número
32 grande de pessoas concentradas no nível 1 do médio e no nível 1 do superior. Precisam
33 qualificar a progressão na vertical, e acha que já estão em um processo de transição. O programa
34 de gestão de desempenho está sendo elaborado, e ele elimina, em boa parte, a questão da
35 subjetividade, porque o instrumento de avaliação é o plano de trabalho. Também foi feita uma
36 revisão do anexo 3, que estratifica competência em nível, algo difícil de ser feito, que suscita a
37 questão da subjetividade e que constitui uma tarefa complexa para a comissão de avaliação. O
38 anexo 3 se tornou quadro orientativo, e no seu entendimento ele tem várias medidas que estão
39 seguindo no caminho da qualificação da progressão na vertical, fora várias que estão elencadas
40 no relatório, a muitas das quais já se referiu anos atrás, perdeu no voto, mas elas sempre

1 aparecem depois de alguns anos como pontos que precisam ser melhorados. A Conselheira
2 ANNA CHRISTINA BENTES parabeniza pelo trabalho incrível feito e pergunta se há alguma
3 projeção de diminuir a porcentagem de pessoas que estão pleiteando a progressão vertical e não
4 são contempladas, pensando na questão de recursos disponíveis. Se existe previsão de que haja
5 mais recursos disponíveis para que não deixem de fora quem não foi contemplado por falta de
6 recurso. Outra questão é um pouco mais complexa: sabem que está entrando muita gente de
7 nível superior na carreira de ensino médio, e pergunta se existe algum tipo de conversa sobre
8 essa questão para valorizar os servidores, porque eles acabam entrando em uma carreira de
9 ensino médio, mas desempenham as funções muito melhor, porque possuem mais escolaridade.
10 A senhora MARIA APARECIDA QUINA DE SOUZA diz que fizeram um estudo bem
11 completo, que culminou no atual quadro orientativo, e hoje possuem bem delimitada a função
12 de concurso, as exigências, a descrição da função e o plano de trabalho. O quadro orientativo,
13 respondendo à questão da professora Anna Bentes, já prevê uma questão de pontuação e de
14 valorização dos servidores que têm ou um nível maior de escolaridade ou de qualificação. Por
15 estarem em uma instituição de ensino, valorizam essa questão da qualificação, da escolarização,
16 da formação etc., e diz que, de fato, raramente em um concurso de nível médio há aprovados
17 apenas com ensino médio, a grande maioria já vem com o ensino superior. Respondendo ao
18 conselheiro Bruno, diz que hoje a DGRH possui uma equipe de carreira completa,
19 qualificada, estudando todas essas questões importantes, fazendo as participações nos comitês
20 e também fazendo as orientações aos RHs, colhendo sugestões. Agradece a todos os postos da
21 gestão anterior e os apoios da PRDU, na pessoa do professor Sarti, agradece ao conselheiro
22 Bruno por divulgar o *e-mail* da carreira e ressalta que o pessoal está sempre lá fazendo esse
23 trabalho contínuo e estudando possibilidades. Há ações que são possíveis, que atingem um
24 número reduzido de pessoas, mas que também merecem um olhar e um atendimento às suas
25 demandas, embora existam alguns limites para tal. Isso significa fazer uma revisão da tabela,
26 fazer algumas questões que precisam ver se institucionalmente são viáveis ou não, tendo em
27 vista a composição do conjunto da obra. Estão fazendo os estudos para o futuro e há duas
28 frentes: uma que faz os estudos e outra que toca o dia a dia e também coleta as sugestões.
29 Possuem um grupo de estudos contínuo, que conta com a ajuda de uma professora e uma pós-
30 doutoranda do Imecc, que os auxilia a fazer projeções, estudos matemáticos, com relação a toda
31 a questão da carreira. Portanto, já existe bastante coisa, estão em uma fase bem mais evoluída
32 do que quatro anos atrás, mas, obviamente, é um assunto complexo, dinâmico, pois há uma
33 diversidade na Unicamp que precisa ser olhada, e a DGRH tem tentado olhar todas essas frentes.
34 Trabalham junto com a PRDU, inclusive faz um agradecimento especial a todos, na pessoa do
35 professor Sarti, ao comitê, ao professor Lanna, aos RHs das unidades, comissões e todos os
36 envolvidos no processo, e a equipe da DGRH, que tem uma grande dedicação e enfrenta com
37 bastante entusiasmo e desafio todo esse trabalho. O Conselheiro LUIZ SEABRA JUNIOR
38 cumprimenta, por intermédio do professor Lanna, toda a equipe pelo trabalho realizado.
39 Agradece pela suplementação que o Cotuca recebeu para contemplar mais um servidor; ao
40 mesmo tempo, essa suplementação causou um desconforto, porque o servidor que teve a

segunda maior nota não conseguiu a suplementação. Sabe que é o critério, existe a regra estabelecida, mas é uma situação que talvez possa ter acontecido em outras unidades também. O desconforto é dar a notícia para o servidor, que apesar de ser o segundo colocado entre todas as notas, ele não vai receber a suplementação. Pergunta se pode ser revisto no futuro esse critério para distribuição da suplementação. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que entende o desconforto, mas como discutiram dentro da CIDEF, desconforto maior seria se mudassem as regras do jogo durante o jogo. Acha que isso realmente traria um prejuízo muito grande e seria um desrespeito a todos os servidores que participaram do processo de progressão. Obviamente há toda uma questão interpretativa dos critérios, com todos os custos que, às vezes, a colocação de uma regra tem. Só corrigiria o seguinte: não houve suplementação, os valores foram os mesmos do começo ao fim, o que houve foi aquele recurso final. Todas as CSAs fizeram as listas e conseguiram, com aquele recurso final, contemplar mais 45 servidores. Da mesma maneira que dentro da CIDEF foi proposto que, além dos 45, fossem contemplados mais 13 para chegar aos 58, que é o número de CSAs. Entretanto, provavelmente na CIDEF seguinte alguém ia perguntar por que todos que tiveram nota acima de 6 não poderiam ser contemplados. Todas elas seriam mudanças de regra, que não iam acrescentar ao processo, mas sim empobrecê-lo; foi um processo complexo, como já colocado aqui. Respondendo ao conselheiro Adilton, diz que muitos dos avanços e metodologias adotadas se devem às contribuições dele, sempre muito importantes até chegarem a esse patamar hoje da implementação desses novos critérios de avaliação de desempenho, que foram utilizados na vertical desta vez, e que ainda precisam de muito aperfeiçoamento. Mas como a senhora Maria Aparecida bem colocou, a ideia do quadro orientativo, o plano de trabalho, a avaliação de desempenho, são avanços qualitativos bastante significativos em todo esse processo. Respondendo à conselheira Anna Bentes, diz que a Universidade tem repostado dentro das suas possibilidades financeiras; nos últimos quatro anos, houve uma contratação líquida de mil servidores Paepe, que entram com uma expectativa de carreira, de ter esse crescimento, mas não acha que é no recurso que fazem isso. Ficou claro aqui nas falas que a progressão tem que elevar claramente os critérios. O critério é excelência de desempenho na horizontal e complexidade no caso da vertical, e com base nisso trabalhar os indicadores, trabalhar as comissões de avaliação para que sejam captadas exatamente essas dimensões. Feito isso, colocam os recursos, mas nunca o recurso deve ser o ponto de partida, ele tem que chegar depois. Existem anos em que há uma possibilidade maior de recurso, e tem situações em que vai haver menos recursos disponíveis, e isso ocorre não apenas para a Carreira Paepe, mas de uma forma generalizada na Universidade. O Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES, respondendo ao conselheiro Luiz, diz que a comparação de notas entre as listas da progressão vertical não é adequada, porque os critérios são diferentes. Então, falar que a pessoa daquela lista estava com a segunda maior nota não significa muita coisa, porque os critérios do médio ou do médio com GR são totalmente diferentes, portanto não são notas comparáveis. O MAGNÍFICO REITOR diz que fizeram quatro anos em sequência de avaliações de servidores, uma experiência que nunca haviam tido. Os valores que o professor Fernando Sarti comentou, de R\$134 milhões corrigidos em investimento em servidores é um

número muito expressivo. Claro que com 6.800 servidores há alguns desafios a vencer, como os que apareceram, alguns que estão no teto, e estão estudando isso também, já fizeram uma reunião na Reitoria para buscar alguns caminhos para que possam também valorizar alguns desses servidores. O plano é fazer ano que vem novamente, e então corrigem isso, por isso as observações aqui postas serão importantes para que façam as correções. É mais produtivo tentar aperfeiçoar uma carreira que parece que vem dando bons resultados do que entrar novamente naquilo que a Universidade fez a vida toda, que é começar uma carreira, depois começar outra, e ficar patinando nisso. Houve nesses anos alguns percalços; esperam que, economicamente, o país fique estável, que o “tarifaço” não os tire recursos e que possam novamente, ano que vem, projetar um valor parecido com esse. Isso também está acontecendo na carreira docente, está bastante estável, com um bom fluxo. Fizeram uma série de alterações na carreira dos pesquisadores, na carreira dos professores dos colégios, estão fazendo algumas correções também em algumas carreiras especiais. Há ainda uma discussão a ser feita no Cruesp sobre a carreira dos docentes. Portanto, é uma forma de cuidar das pessoas e tentar ir acertando essas questões para que possam tornar isso o mais aperfeiçoável possível também. Faz um agradecimento à comissão por esse trabalho hercúleo, que começa nas bases e chega até o mais alto nível. Sabe que os diretores têm uma relação muito próxima com os servidores. Isso também tem uma forma de refletir, mas todas as expressões aqui postas foram muito importantes. Não havendo mais observações, submete à votação os itens 19 a 76 em bloco, inclusive o 34, com a concordância do professor Luiz, sendo aprovados com 24 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 97 – Proc. nº 01-P-49979/2023 –, que trata da proposta de deliberação Consu, encaminhada pela Diretoria Geral de Recursos Humanos, que altera o artigo 110 do Esunicamp, que dispõe sobre a concessão, no âmbito da Unicamp, do horário especial de trabalho ao servidor com deficiência ou que tenha cônjuge, companheiro, filho ou dependente com deficiência, baseada no Decreto Estadual nº 69.045, de 14.11.24. Destaque das professoras Christiane e Verónica. A Conselheira CHISTIANE NEME CAMPOS diz que considera este um item bastante importante, pois trata de uma mudança a respeito da carga horária. O artigo 110 é usado para avaliar os casos de pessoas com familiares com deficiência ou transtorno autista. O parecer da PG faz o encaminhamento de duas minutas, uma delas é a deliberação que está aqui, do Consu, que cita uma deliberação CAD que ainda não veio para cá. Então, vão discutir uma deliberação Consu mas a deliberação CAD não está aqui, e solicita um esclarecimento da senhora Maria Aparecida sobre como está o encaminhamento desse documento. Outro ponto é que foi criada em 2023 uma comissão especial na DGRH para acompanhar pessoas com deficiência, e ela também vai avaliar os casos dos familiares com deficiência. Esse processo começa porque a DSO questionou a PG sobre uma lei federal que trata da diminuição do horário de trabalho para pessoas que têm familiares PCD e com transtorno autista. A PG respondeu que a lei federal não se aplica, depois questionou novamente porque houve uma lei estadual que trata do assunto, se a Unicamp entraria nesse grupo, e a PG novamente disse que a Unicamp tem autonomia para tomar suas próprias decisões. O que lhe chamou a atenção, e solicita esclarecimento quanto a isso, é que na lei estadual é dito claramente

1 “pessoa com deficiência ou transtorno autista”, separadamente, e na deliberação está apenas
2 escrito “pessoa com deficiência”. Dessa forma, ficou sem entender se na Unicamp consideram
3 transtorno autista dentro da categoria pessoa com deficiência, ou se teriam que citar
4 separadamente, ou ainda se o transtorno autista não está considerado nessa deliberação. O
5 MAGNÍFICO REITOR diz que há em São Paulo um decreto do governador, não é uma lei
6 votada na Alesp. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que esse
7 decreto citado pelo senhor Reitor é o 69.045, de 14 de novembro de 2024, ele é bastante amplo,
8 tentando regulamentar ou orientar sobre essa questão de horário. Se entendeu bem, o que vão
9 votar é simplesmente a mudança daquele tópico que trazia até seis horas dentro da jornada para
10 uma jornada ajustável. Agora terão uma comissão que irá se debruçar em como essa deliberação
11 vai ser implementada. No artigo 1º, parágrafo 3º do decreto consta que “O horário especial será
12 concedido somente para um dos pais ou responsáveis da pessoa com deficiência ou com
13 transtorno do espectro autista, se ambos estiverem sujeitos às disposições deste decreto”.
14 Pergunta como isso será feito na Universidade, supondo, por exemplo, que sejam dois
15 funcionários da Unicamp ou um funcionário federal e um da Unicamp. No artigo 2º, é
16 estabelecido o modo como vai ser feito esse horário especial, que ainda não possuem na
17 Universidade. No decreto são elencadas diferentes modalidades, que podem ou não ser
18 apropriadas para a Universidade. Por exemplo, nos diferentes pareceres da PG se coloca a
19 questão de trabalho remoto, que a Universidade não possui, há várias questões, então deseja
20 entender se esse artigo 2º vai ser o espírito da implementação dessa proposta, e como vão lidar
21 se houver um servidor do âmbito federal e um da Unicamp. A Conselheira CHISTIANE NEME
22 CAMPOS diz que entende que estão basicamente votando a mudança do artigo 110 para uma
23 situação em que vão analisar, e tudo depende da deliberação CAD que não está na pauta. Então,
24 enquanto a deliberação CAD não vier, que acha que vai responder boa parte dessas perguntas,
25 o que há é que o pedido de cada um vai para essa comissão especial, que vai decidir. Não existe
26 uma porcentagem automática, nada disso, ou seja, vai ser uma decisão *ad hoc* para cada caso.
27 A senhora MARIA APARECIDA QUINA DE SOUZA diz que o que está colocado hoje é
28 apenas para a câmara votar a mudança nos Estatutos, para apreciação da CAD, para depois ir
29 para o Consu, para que tragam em uma CAD futura a deliberação pela qual a Universidade vai
30 parear o decreto e a lei federal. A comissão foi montada na DGRH e há tempos ela está
31 estudando o assunto, até a elaboração da minuta. A minuta está pronta, há um parecer PG, e
32 essas questões colocadas pelas professoras Cristiane e Verônica serão respondidas em cada
33 artigo da deliberação. Após isso, haverá uma instrução normativa sobre como fazer. Será criada
34 uma junta multidisciplinar, que vai avaliar as demandas dos servidores e seus dependentes,
35 tratando os servidores no conjunto da Universidade. Hoje estão dando um primeiro passo para
36 que, uma vez alterados os Estatutos da Unicamp, possam, via deliberação CAD, dar o segundo
37 grande passo, adequando iniciativas da Universidade ao decreto e à lei federal. Sobre a questão
38 do transtorno do espectro autista, existe o entendimento de que é um PCD, por algumas
39 correntes, por outras de que não é PCD, mas na deliberação tomaram o cuidado de inserir. Na
40 deliberação, constará PCD e também a questão do espectro autista. A Doutora FERNANDA

1 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que, como a senhora Maria Aparecida já explicou
2 bem, hoje consta para aprovação somente o parecer de mudança do Esunicamp para,
3 posteriormente, vir a proposta de regramento detalhada com todas essas questões. A questão do
4 TEA é, por lei, considerada PCD, portanto, ainda que não esteja prevista na deliberação, por lei
5 ela é. Então, é mais um preciosismo de colocar para deixar bem claro, mas não há nenhuma
6 dúvida quanto a isso. O MAGNÍFICO REITOR diz que já há algum tempo há uma demanda
7 muito grande de prefeituras regionais para conversar com a Universidade, sobretudo com a
8 professora Heloísa, do Programa de Atenção aos Transtornos do Espectro do Autismo – Pratea.
9 O Pratea está criando um mecanismo de atenção *on-line* para algumas cidades que não têm a
10 menor estrutura para saber o que é o autismo. Há estudos que mostram que 45% dos laudos
11 sobre autismo criam uma certa dúvida, e os prefeitos, por conta dessa lei, têm uma dificuldade
12 imensa de atuar no sistema escolar, dadas as exigências, e isso sobrepõe até uma certa
13 competência institucional e capacidade operacional das prefeituras. Estão diante de um grande
14 desafio mundial, sobretudo com a questão do transtorno do espectro autista, e terão que ir
15 aprendendo todo dia um pouco sobre isso. Desejam criar na Universidade um mecanismo para
16 depois legislar como fazer, a ideia é dar condições e a partir disso discutir como vão estabelecer
17 os horários ou a forma de proceder. O decreto do governador é balizador, assim como a lei
18 federal; vão discutir a partir da característica da Unicamp, porque também, junto com isso, vão
19 fazer outras discussões da questão PCD, sobretudo na questão da própria entrada, como vai
20 funcionar, como vai chegar na unidade, como vão controlar esses horários, por conta das
21 características de cada uma dessas relações. Dessa forma, estão preparando um colchão para
22 fazerem uma discussão *a posteriori*. Não é um assunto muito fácil, estão vivendo a experiência
23 de receber estudantes, funcionários, e há um enorme esforço institucional, sobretudo das
24 prefeituras dos *campi*, para adequar os espaços de chegada nos locais, pois é preciso
25 proporcionar condições mínimas para as pessoas poderem estar aqui. Foi bom terem tocado
26 nesse assunto para que possam preparar o debate que ainda vem à frente. A Conselheira ANNA
27 CHRISTINA BENTES DA SILVA pergunta por que na minuta consta apenas “deficiência” e
28 no decreto consta “deficiência ou transtorno do espectro autista”. A doutora Fernanda disse que
29 é geral, mas no decreto há essa especificidade e na minuta da Universidade não. Sabe que PCD
30 engloba o TEA, mas pergunta por que no decreto se chama bastante atenção para o TEA, se é
31 por uma questão política ou realmente vale a pena pensar nessa distinção ou nessa espécie de
32 chamamento de atenção para essa categoria. Sabe que há documentos mais gerais sobre isso,
33 além do decreto, mas solicita esclarecimento da PG. A Doutora FERNANDA LAVRAS
34 COSTALLAT SILVADO diz que esse é um artigo muito curto do Esunicamp só para falar da
35 existência do horário especial para quem é PCD ou para quem tem filhos PCD. Ele não descreve
36 tudo o que é considerado PCD. O Conselho Universitário aprovou as cotas PCD para ingresso
37 na graduação e há um artigo bastante extenso que descreve todas as hipóteses que são
38 consideradas pela legislação PCD, não só o TEA. Se forem fazer isso, vai ser preciso fazer um
39 descritivo bem grande no Esunicamp, e não há necessidade. O decreto é um instrumento muito
40 executivo, de atendimento da política pública, e o decreto aqui na Unicamp será a deliberação

1 CAD futura a ser apresentada em uma próxima reunião. Lá, sim, vai ter que estar especificado
2 todo o detalhamento; aqui é algo muito geral, e acha que poderiam deixar dessa maneira. Toda
3 vez que for necessário, depois vai ser muito mais fácil, se precisarem atualizar a deliberação
4 CAD, pois é só passar na CAD. Mudar o Esunicamp exige não só um parecer da CAD, mas
5 também depois submeter ao Consu, então é recomendado deixar da maneira como está,
6 genérica, e depois na CAD ter todo um detalhamento. É um artigo bastante extenso, que
7 descreve todas as hipóteses, e que dá toda a segurança jurídica. Não havendo mais observações,
8 o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 23 votos favoráveis
9 e 01 abstenção. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente
10 do seguinte assunto: I - A - Designação de Gratificações de Representação - Deliberação Consu-
11 A-22/17 - 01) Proc. nº 01-P-17813/2021 - Designação de Gratificações de Representação
12 Docente – conforme Relatório DGRH-170/25 e Despacho DGRH-74/25: Adonhiran Bernard
13 de Almeida Reis - Coord. Cent e Nuc Inter Pesq II - Reit/CGU/Cocen/CIDDIC, Alessandra
14 Cremasso - Coord. Graduação - GRAD/FCA, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis - Assistente
15 Técnico - REIT/GR/Confuc, André Tosi Furtado - Coordenador de Pesquisa - IG/COPES,
16 Andrea Leda Ramos de Oliveira - Coordenador de Pós-Graduação - Feagri/CPG, Andreia
17 Galvão - Diretor de Unidade Universitária – IFCH (Prorrogação), Bruno Barbieri de Pontes
18 Cafeo - Coord. Curso de Graduação - IC/CG, Carlos Goncalves Machado Neto - Coord. Progr.
19 de Pós-Graduação - IFCH/CPG, Carolina Scherrer Malaman - Coordenador Pedagógico -
20 Coped/Direns/Cotil, Caroline Dario Capitani - Coord. de Extensão - Cext/FCA, Daniel Iwao
21 Suyama - Coord. Assoc. Graduação - Grad/FCA, Edson Borin - Coordenador de Pós-
22 Graduação - IC/CPG, Edson do Prado Pfitzenreuter - Coord. Progr. de Pós-Graduação -
23 IA/CPG, Eduardo Cardoso de Abreu - Coord. Progr. de Pós - CPG/Imecc, Emanuel Felipe
24 Duarte - Coordenador de Extensão - IC/CE, Fabio Simoni de Souza - Chefe de Departamento
25 Col. Técnico - INFTEC/Direns/Cotil, Francisco Zmekhol Nascimento de Oliveira – Coord.
26 Progr. de Pós-Graduação - IA/CPG, Fulvia de Barros M. Gobatto - Coordenadora de Pesquisa
27 - CPESQ/FCA, Gislaine Marcia Kairalla - Diretor De Ensino - Direns/Cotil, Giuliano Angelo
28 Zugliani - Coord. Associado Graduação - CG/Imecc, Guilherme Jotto Kawachi - Coordenador
29 Pedagógico - Reit/PRG/CEL/CELDEL, Iara Lis Franco Schiavinatto - Coordenador de Extensão
30 - IA/Cext, Igor Luchini Baptista - Coord. Progr. de Pós-Graduação - FCA/POSGR, Ivan da
31 Silveira Cardoso - Diretor Associado - DASSOC/Cotil, Ivana Elena Camejo Aviles - Coord.
32 Progr. de Pós-Graduação - FE/CPG/FE, Jeferson Almeida Dias - Supervisor de Seção -
33 NENG/FRAD/FCA, Jesus Enrique Garcia - Coord. Mestrado Profissional - CPG/Imecc, Joana
34 Fróes Bragança Bastos - Coord. Clínico - Dircli/Caism, Karina Gonzales Silveiro - Diretor –
35 FOP, Lazaro Aurelio Padilha Junior - Diretor Associado de Unidade Universitária – IFGW,
36 Levy Boccato - Coord. Curso de Graduação - Feec/CG, Lucas Francisco Wanner – Coord.
37 Assoc. Curso de Graduação - Feec/CG, Luciana Cordeiro Souza Fernandes - Coord. Progr. Pós-
38 Graduação - CPG/IG, Luiz Fernando Bittencourt - Coordenador de Pesquisa - IC/ESPESQ, Lux
39 Ferreira Lima - Supervisor de Seção - NGC/Grad/FCA, Marcelo Ferraz Mesquita - Coord. de
40 Extensão - CCSEX/FOP, Marcelo Pereira da Cunha - Coord. Cent e Nuc Inter Pesq III -

1 Reit/CGU/Cocen/Nipe, Marcio de Moraes - Diretor Associado – FOP, Marco Antonio Caron
2 Ruffino - Coord. Assoc. Graduação - CGRA/IFCH, Marcos Cesar de Oliveira - Diretor de
3 Unidade Universitária – IFGW, Mariana Rodrigues Motta - Coord. Prog. de Pós - CPG/Imecc,
4 Marko Synesio Alves Monteiro - Chefe de Departamento - DPCT/IG, Mauricy Matos Martin -
5 Coord. Assoc. Cen e Nuc Int Pesq II - Reit/CGU/Cocen/Ciddic, Michel Nicolau Netto - Diretor
6 Assoc. de Unidade Universitária – IFCH (Prorrogação), Michelle Franz Montam Braga Leite -
7 Coord. Pesquisa - COORPQ/FOP, Pietro Speziali - Coord. Curso de Graduação - Imecc/CG,
8 Ricarco Caetano Azevedo Biloti - Coordenador de Extensão - Cext/Imecc, Roberta Ceriani -
9 Coordenador do Curso Profis - Reit/PRG/ProFIS, Roberta Vacari de Alcantara - Coord. de
10 Extensão - CEU/FCM, Rosa Cristina Cecche Lintz - Coordenador de Pós-Graduação - FT/CPG,
11 Sara Adrian Lopez de Andrade - Coord. Prog de Pós-Graduação - CPG/IB, Silvio Roberto
12 Consoni - Coord. Tec. Educ. Apoio Ensino Aprend. - EA²/PRG/GR, Taísa Heena Pascale
13 Palhares - Coord. Prog de Pós-Grad. - CPG/IFCH, Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo -
14 Coordenador de Extensão - Feagri/Cext, Wellington de Oliveira - Coordenador de Serviço -
15 DADM/Cotil, Yara Adario Frateschi - Coord. Curso de Graduação - IFCH/CGRA01). Em
16 seguida, o MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos inscritos no Expediente. A Conselheira
17 MILENA PAVAN SERAFIM diz que não pôde acompanhar a Cepe, e portanto perdeu a
18 explicação da professora Ana Frattini sobre a questão das importações pela Funcamp. Vai
19 assistir à gravação para informar a sua comunidade, e se coloca à disposição, assim como a sua
20 Unidade, para pensarem juntos uma solução o mais rápido possível. Vários colegas estão
21 aguardando desde fevereiro alguns insumos e isso tem impacto na condução das pesquisas. O
22 Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES diz que traz uma manifestação a pedido do
23 conselheiro Matheus, que se preparou para vir, mas por um imprevisto não pôde. No item 97,
24 ele acabou fazendo uma leitura do Esunicamp um pouco mais ampla do que aquilo e identificou
25 que há muitos pontos que estão desatualizados há muito tempo e precisaria haver uma revisão
26 no Esunicamp como um todo. Ele destacou alguns itens como previsão de salário-família,
27 salário-esposa, auxílio-natalidade, coisas que já estão em desuso faz tempo. Então, acha que
28 seria salutar fazer essa revisão para retirar esses itens. A Conselheira ANGELA CHRISTINA
29 LUCAS diz que fará um complemento em relação à sua fala do Consu na semana passada e
30 depois lerá uma mensagem que recebeu há pouco, que uma professora pediu para comentar. No
31 Consu da semana passada, comentou sobre as atuações em sistema que às vezes precisam fazer
32 no período de férias, mas conversando com outros colegas, em relação a alguns dos exemplos
33 que deu, às vezes ficam pensando se são ações necessárias. No caso, citou o exemplo de atestar
34 a frequência do PED e da bolsa BAS, porque precisam ficar entrando todo mês em vez de atuar
35 só quando dá algum erro. Em 99% das vezes está tudo certo com a bolsa BAS, tudo certo com
36 a atuação do PED, e se porventura não entram no sistema dentro do prazo, o estudante é
37 prejudicado. Então, o sistema, que seria para ajudar, no final mais prejudica do que ajuda, por
38 isso sugere uma revisão do que realmente é necessário e do que está gerando só trabalho e talvez
39 consequências negativas para os alunos. Por exemplo, no Pibic não fazem esse
40 acompanhamento mês a mês, há um relatório intermediário e depois o final, mas não precisam

ficar atestando para o Pibic que os alunos estão no laboratório, participando das reuniões. O segundo ponto, que chegou agora durante a reunião, é um comentário de uma docente de que aconteceram dois erros de sistema da DGRH para ela. O primeiro é que ela recebeu mensagem de que não tinha sido depositada a sua declaração .dec, e ela já tinha feito isso logo no começo. E depois ela recebeu um *e-mail* de que havia faltado no exame médico obrigatório, mas ela já tinha sido dispensada, e teve uma outra colega dela que nem tinha sido convocada para o exame. Então, ela queria saber o que aconteceu nos sistemas da DGRH. O MAGNÍFICO REITOR sugere que a questão da docente seja encaminhada diretamente para a DGRH, pois se trata de um assunto pessoal, que é melhor ser tratado com a particularidade que ele merece. O Conselheiro LUIZ SEABRA JUNIOR informa que no próximo dia 16, das 9 às 16 horas, será realizado o Cotuca de Portas Abertas, que se apresenta para toda a comunidade escolar de Campinas e região através de oficinas ministradas pelos alunos, com supervisão dos professores. A Conselheira KETHLYN KETHRINY DA COSTA BRITO diz que é coordenadora geral do DCE da Unicamp e gostaria de dar continuidade ao que a professora Angela trouxe sobre as bolsas de auxílio social e também sobre uma outra questão que tem acontecido. Foi aprovada em 2012, no Consu, a perda de bolsas BAS ou de qualquer outra bolsa por coeficiente de progressão, o CP, e isso tem acontecido. Diversos estudantes têm recebido *e-mails* informando que eles não podem nem participar mais do processo seletivo para 2026 por causa do coeficiente. Observa que há uma questão grave, que é a permanência estudantil, e estão avançando na política da moradia estudantil enquanto estão retirando bolsas de estudantes. Isso não faz nenhum sentido, porque os estudantes que têm as bolsas e que estão com a questão de permanência estudantil têm mais dificuldades nas matérias. Geralmente são os que saem de outros estados, têm uma questão étnica e de gênero envolvida, e tudo isso precisa ser levado em conta, porque são os estudantes que mais enfrentam dificuldades na sala de aula. É bolsista BAS, já foi RD da moradia estudantil e também tem a Bolsa Auxílio Moradia – BAM, então sabe do que tem acontecido, e isso cria uma pressão muito grande. Já há um processo defasado no trabalho do SAVS, do Sappe, que não conseguem atender toda a comunidade estudantil, então acha que isso deveria ser levado com seriedade porque causa danos psicológicos que muitas vezes acabam quase sendo irreversíveis. Esses estudantes não possuem condição de pagar o aluguel, de se sustentar em uma outra cidade e ainda pagar por atendimento psicológico. Lembra que conquistaram um GT por permanência estudantil através do Fórum das Seis, que precisa fazer a primeira reunião com urgência para debater e defender os interesses dos estudantes, que produzem ciência dentro da Universidade, que mantêm a Universidade, e que precisam continuar fazendo isso com capacidade, com o apoio da Universidade. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores que compõem a CAD. A Professora SYLVIA HELENA FUREGATTI informa que a Diretoria de Extensão da ProEEC vai abrir no dia 18 de agosto até 18 de setembro o edital PEX, que dá apoio e financiamento a projetos e programas de caráter extensionista. Nesta edição de 2025, há três grandes temas ordenadores, mas não excludentes: Sustentabilidade e Clima; Igualdade de Gênero; e Inclusão Digital e Cidadania. Conta com o apoio de todos para difundir esse edital,

de modo que os docentes e pesquisadores possam participar. Informa também que a Diretoria de Cultura está com edital aberto entre 1º de agosto e 14 de agosto, um edital bastante simples, com inscrição a partir de um formulário, chamado carinhosamente de “Me Leva DCult”. Ele pretende ampliar a experiência de formação dos alunos por meio da necessidade cada vez mais crescente e frequente de visitas a espaços externos, fazendo o transporte terrestre de alunos dentro de disciplinas, dentro de projetos, de graduação ou de pós-graduação, a partir da inscrição feita pelos professores. É um piloto, então ele tem um valor muito simbólico para o próximo semestre, podendo ser realizado até junho de 2026. Serão selecionadas cinco ações, de até R\$2 mil cada; a partir das demandas que a diretoria for recebendo neste semestre, vai ser possível redimensionar esse apoio, e esperam poder atender várias demandas que chegaram no ano passado. Por fim, convida todos para mais um fórum permanente, que será realizado amanhã, no Centro de Convenções, dedicado à área do esporte, de título “As Quadras e suas Periferias”. Ele é coordenado pela professora Helena Altmann e destaca a participação e representatividade das pessoas e dos coletivos desses espaços periféricos, que difundem a participação das pessoas a partir do esporte. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que inicialmente fará uma correção: a senhora Maria Aparecida lhe passou o número correto de servidores no topo da carreira, que foi a questão que o professor Coelho levantou, que hoje é um total de 166. Desses 166, 125, ou seja, 75%, já têm de 31 a 51 anos de Universidade, portanto é natural que estejam no topo da carreira; 16 têm de 20 a 30 anos de Universidade e 25 de 11 a 20 anos de Universidade. Fazendo uma atualização dos números da carreira MS, informa que totalizaram, entre janeiro de 2022 e agosto de 2025, 1.320 progressões, o que envolveu recursos da ordem de R\$54 milhões, um investimento bastante considerável. Informa também que o Pind 4 já foi fechado, com 53 propostas aprovadas, envolvendo recursos da ordem de R\$3,2 milhões. Fecharam o Pind 1, depois de 24 meses, e somadas as edições 1, 2, 3 e 4, já foram aportados R\$24 milhões no Programa de Incentivo a Novos Docentes. Em uma ação conjunta com a CGU e as demais pró-reitorias, estão iniciando uma avaliação do Pind 1, pois é muito importante saber quais foram os impactos, uma vez que envolve ações tanto de pesquisa, quanto de ensino e extensão. A ideia é ir avaliando uma a uma dessas rodadas do Pind, assim como a do PIN-PQ. Sobre a arrecadação, possuem os números fechados para julho, e as informações, como todos já sabem, não são as melhores. A arrecadação de São Paulo não vem se comportando como previsto pela Secretaria da Fazenda. A previsão era que, para 2025, arrecadassem aproximadamente R\$182 bilhões, o que significaria um crescimento, sobre 2024, de 10,8%. Considerando os dados de janeiro a junho, estão longe desses 10,8% de crescimento, ele está um pouco menor que 8%. Se essa tendência permanecer até o final do ano, isso significaria uma arrecadação de R\$177 bilhões e não R\$182 bilhões, o que para a Universidade significa uma queda de R\$110 milhões. Trarão números mais precisos na segunda revisão orçamentária, que a Aeplan está fechando agora e será apresentada na reunião da COP de quinta-feira que vem. O MAGNÍFICO REITOR diz, respondendo à professora Milena sobre a questão das importações, que estão fazendo uma série de movimentos e tomaram algumas decisões, mais recentemente, por conta da transição que a Fapesp faz para as universidades. Não possuem condição de

comprar por imunidade tributária pela Funcamp, estão criando um sistema para isso. A Fapesp deu a ideia de que a Universidade lhe passasse uma procuração, mas isso tem muita insegurança jurídica, pois ninguém pode comprar algo com imunidade tributária para outro ente, até porque os processos são muito diferentes do serviço público para a fundação. No entanto, a DGA conseguiu, em um prazo bastante rápido, e a parabeniza por isso, aquilo que chamam de CNPJ filial. A ideia é fazer um convênio com a Fapesp para a Funcamp poder fazer essas operações para a Universidade. Estão fazendo um trabalho bastante rigoroso com a Funcamp, comprando produtos de menor valor, e mesmo que tenham que pagar algum imposto, a decisão da Universidade é contribuir com isso para que possam fazer com que as pesquisas não tenham paralisação e permaneçam em fluxo. Contratarem também agora algumas pessoas para ajudar no sistema de compras, elas estão sendo treinadas, até que consigam estruturar todo esse desenho, porque é uma transição que tem que ser vivida e estão tentando enfrentar da melhor forma possível. A professora Ana Frattini fez uma série de orientações pela PRP, mas é bom que monitorem conforme as coisas forem acontecendo, para poderem atuar mais diretamente. Desejam criar uma estrutura de pesquisa com muito mais solidez, sobretudo na questão de compras, prestação de contas, e há um entendimento da própria Fapesp e do CNPq de que eles devem remunerar as fundações das universidades. Isso pode gerar um novo desenho na forma de fazer esse processo, mais robusto, mais seguro, mais orgânico. O Professor FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz, complementando as informações que passou no período da manhã, que a Funcamp já operacionalizou 43 processos até então, estando 25 em tramitação final e em 18 os equipamentos já estão em trânsito para chegar. Alguns equipamentos têm que ser produzidos, eles não serão entregues este ano, então a Funcamp tomou a decisão de fazer essa operação ano que vem para aproveitar a isenção fiscal desses equipamentos por parte do CNPq. A cota CNPq era, em 2023, de R\$500 milhões, ela vem sendo reduzida e este ano foi para R\$250 milhões em questão de isenção, tudo aquilo que passar desse valor tem tributos em cima. Sobre o CNPJ filial, diz que na semana passada houve uma reunião da DEA com a Detic, porque para operacionalizar isso existe a necessidade de um sistema que integre Unicamp e Funcamp; na semana que vem, uma empresa vai viabilizar essa integração de sistemas, então isso já está sendo tratado. Também há alguns instrumentos jurídicos que são necessários para isso, e possivelmente semana que vem farão uma reunião que vai envolver a PRP, a DEA, a DGA e a PG, para que formalizem toda essa documentação para fazer a operação. Então muito em breve isso já vai estar em funcionamento, acreditam que em um prazo de dois meses a Funcamp vai poder operacionalizar isso aproveitando da isenção fiscal da Unicamp em todos os processos. Até então os processos que estão acima de 18 mil dólares a DGA está fazendo essa tramitação, são cerca de 28 processos acima de 18 mil dólares, e acreditam que em um prazo de dois a três meses esses 28 processos estarão em fase final de tramitação, ou seja, já para fazer a importação. Dessa forma, acreditam que até o final do ano tudo esteja regularizado. A Conselheira MILENA PAVAN SERAFIM agradece ao professor Flávio pelos dados e diz que é prudente orientar a comunidade da FCA a pedir a prorrogação, já fazer um aditivo para estender por três meses. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz que a parte da

1 pesquisa está indo muito bem, o que é importante em uma Universidade como esta, mas a área
2 da Saúde ainda está carecendo de bastante cuidado. Estão gastando hoje, em relação ao mesmo
3 período do ano passado, mais de 70%. Muitas vezes porque estão fazendo compras
4 emergenciais, muitas vezes também porque quando acaba uma licitação já está na hora de
5 começar outra. Estão tentando resolver isso com a ajuda da DGA, mas é mais difícil a
6 engrenagem dessas compras, pois são mais de cinco mil itens, e infelizmente estão gastando
7 mais este ano muito por conta dessa mudança da lei, dessa unificação. O Conselheiro NEWTON
8 CESARIO FRATESCHI diz que talvez coubesse para a Unicamp entrar em contato com a
9 Fapesp e falar sobre a questão da prorrogação, para que levem em consideração esse período
10 especial. O MAGNÍFICO REITOR diz que é uma boa ideia e vai tentar fazer isso. Nada mais
11 havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami,
12 Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para
13 ser submetida à aprovação da Câmara de Administração. Campinas, 12 de agosto de 2025.

***NOTA DA SG:** A presente Ata foi aprovada na **414ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO**, realizada em 02 de setembro de 2025, sem alterações.*